

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-7-2018.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Foi rejeitado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando votação em destaque para o § 1º do artigo 27 da Lei nº 11.582, constante no artigo 8º do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17 (Processo nº 2057/17), por quatorze votos SIM e quinze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Mauro Zacher, Marcelo Sgarbossa, André Carús, Sofia Cavedon e Rodrigo Maroni, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni. Foi rejeitado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando votação em destaque para o § 2º do artigo 27 da Lei nº 11.582, constante no artigo 8º do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por dezesseis votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Mauro Zacher, Rodrigo Maroni, Dr. Thiago, Adeli Sell, Sofia Cavedon e Ricardo Gomes, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando votação em destaque para o § 7º do artigo 27 da Lei nº 11.582, constante no artigo 8º do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por

dezenove votos SIM e treze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon, Dr. Thiago e Márcio Bins Ely, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi rejeitado Requerimento de autoria de Adeli Sell, solicitando votação em destaque para o § 8º do artigo 27 da Lei nº 11.582, constante no artigo 8º do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por dezesseis votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando votação em destaque para o § 3º do artigo 31 da Lei nº 11.582, constante no artigo 12 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por quinze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovado Requerimento de autoria de João Bosco Vaz, solicitando votação em destaque para o § 3º do artigo 34 da Lei nº 11.582, constante no artigo 17 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por dezessete votos SIM e quinze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por João Bosco Vaz e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovado Requerimento de autoria de

Dr. Thiago, solicitando votação em destaque para o § 21 do artigo 58 da Lei nº 11.582, constante no artigo 24 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por dezessete votos SIM e quatorze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Dr. Thiago, Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Airo Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Adeli Sell. Foi aprovado Requerimento de autoria de Paulinho Motorista, solicitando votação em destaque para o § 1º do artigo 65 da Lei nº 11.582, constante no artigo 25 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por quinze votos SIM e quatorze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Dr. Thiago, Adeli Sell, Sofia Cavedon e Professor Wambert, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Airo Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Foi rejeitado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando votação em destaque para o artigo 27 Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por quinze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Felipe Camozzato, Sofia Cavedon e Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Airo Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e vinte e um minutos às dezoito horas e trinta e oito minutos. Em continuidade, Roberto Robaina solicitou a retirada de Requerimento de sua autoria solicitando votação em destaque para o artigo 29 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, Adeli Sell solicitou a retirada de Requerimento de sua autoria solicitando votação em destaque para o artigo 31 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17 e Cláudio Janta solicitou a retirada de Requerimento de sua autoria solicitando votação em destaque para o artigo 32 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17. Também, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Dr. Thiago, solicitando alterações na ordem de apreciação dos dispositivos do Projeto de Lei do

Executivo nº 018/17 com votação em destaque. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, com Veto Parcial. Foram votados destacada e conjuntamente e aprovados o artigo 2º do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, o inciso XV do artigo 23 da Lei nº 11.582 constante no artigo 6º do Projeto, o § 7º do artigo 27 da Lei nº 11.582 constante no artigo 8º do Projeto e o § 1º do artigo 65 da Lei nº 11.582 constante no artigo 25 do Projeto, considerando-se rejeitado o Veto oposto a esses dispositivos, por vinte e cinco votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foram votados destacada e conjuntamente e aprovados o § 3º do artigo 34 da Lei nº 11.582 constante no artigo 17 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17 e o § 21 do artigo 58 da Lei nº 11.582 constante no artigo 24 do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, considerando-se rejeitado o Veto oposto a esses dispositivos, por dezenove votos SIM e dezesseis votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, em sua parte vetada e não destacada, considerando-se rejeitado o Veto oposto, por dezenove votos SIM e dezessete votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, esta com Declaração de Voto, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Dr. Thiago, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por trinta e dois votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por João Carlos Nedel, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo

Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon e Não João Carlos Nedel. Durante a Sessão, Cláudio Janta, Dr. Thiago e Mendes Ribeiro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezenove horas e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 14h52min:

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votado em destaque o § 1º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu ia, Presidente, fazer uma questão de ordem, e como eu faria a questão de ordem ali, e posso fazer aqui da tribuna, nós não podemos considerar natural o que não é natural. Eu acabo de entrar, voltando do almoço, ali pela porta liberada, registrando que todos os acessos estão trancados pela Câmara de Vereadores e não pelos servidores, porque eu passei por todas as entradas, e, um pouco antes de eu entrar, olhem o que aconteceu: passaram quatro camburões da Brigada Militar. Eu quero fazer uma questão de ordem para todos os Vereadores deste Parlamento, para saber se nós vamos ver as cenas lamentáveis que vimos na tarde de ontem, porque isso não é natural, não é natural bombas de gás lacrimogêneo na Câmara de Vereadores. Não é natural tratar servidores como marginais, não é natural dezenas de servidores, Nádia, que, aliás, a senhora diz que defende nessa tribuna, mas eu não vi em nenhum segundo a senhora falar dos salários parcelados, pelo seu Governo, dos brigadianos e dos professores do Estado do Rio Grande do Sul. Não é natural usarem a Polícia e a Guarda para repreender servidores. Eu estava lendo uma matéria... Eu estou fazendo uma questão de ordem...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É o tempo de destaque, Vereadora, é encaminhamento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): O senhor vai parar o tempo?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É para encaminhamento, Vereadora.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Sim, mas eu estou fazendo uma questão de ordem; posso fazer ali também.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não estou considerando isso uma questão de ordem, tecnicamente.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Vou fazer uma questão de ordem ali também; não tem problema. Faço aqui e faço lá. Nós estamos discutindo o § 2º do art. 27, da lei geral dos táxis, que consta no art. 8º da lei agora votada.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É o § 1º.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Do § 2º do art. 27...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): O Requerimento que trata disso... E o senhor não me interrompa; estou falando aqui...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Só estou ajudando, é o § 1º.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): É isso.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não é o § 2º, é o § 1º. Não estou interrompendo V. Exa., estou ajudando.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Sim, mas eu não pedi ajuda, Presidente; quando eu pedir ajuda, o senhor me ajude. Eu lhe pedi uma questão de ordem e eu não fui respondida.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Por favor...

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Estamos falando do § 1º.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Por favor, eu vou restituir o tempo; corte o microfone um segundo. Eu vou restituir o seu tempo. Eu só

quero lhe dizer o seguinte, Ver.^a Fernanda, para nós repormos as questões. O Presidente está ajudando V. Exa., regimentalmente, para a senhora discutir corretamente o que está sendo encaminhado. Isso é regimental, eu não estou interrompendo a sua fala, eu estou auxiliando para discutir a razão do seu encaminhamento. Eu vou restituir um minuto do seu tempo.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Estamos discutindo o § 1º, sobre os atuais permissionários do sistema de transporte de táxi, mas acho que a gente não pode naturalizar o que não é natural, nem os vetos que foram feitos à família taxista, aos homens e mulheres que estão vivendo uma situação de crise econômica brutal, de concorrência com os aplicativos no sentido da própria demanda. Todos sabem que os trabalhadores perderam muito dinheiro; quem trabalha no táxi perdeu salário e perdeu direitos, e a Lei Geral era para ser uma resposta da Câmara aos senhores e às senhoras. A lei, as alterações, as emendas foram feitas para atender a demanda dos trabalhadores, e elas foram votadas com esse intuito e foram vetadas depois, vocês sabem bem. Então, é um alerta aos trabalhadores, porque teve um pacto que se rompeu com a Cidade, que se rompeu com os taxistas, quando fizeram esses vetos; que se rompeu com os servidores, quando, aos 45 minutos do segundo tempo, se mudou a ordem de votação da Câmara de Vereadores. E nós estamos vendo a tentativa de fazer chantagem com vocês. “Ah, eles querem falar, eles vão usar o tempo! Aceitem que os taxistas fiquem lá fora, que os CCs fiquem na Câmara de Vereadores e o plenário esteja vazio enquanto estamos cumprindo a decisão judicial.”

Nós não vamos aceitar nada! Plenário fechado, BOE entrando, CC ocupando lugar de servidor. E aí não é um demérito? Alguém me disse: “CC também é gente!” Claro que é gente, óbvio que são pessoas, mas são pessoas remuneradas pelo Governo em cargos de livre nomeação que vêm aqui à ordem do seu Governo! Então, eu vejo que está se formando uma unidade aqui entre os taxistas e os trabalhadores. Eu já tinha visto lá na frente da Prefeitura, quando entrou em discussão o pacote. Isso é muito importante aqui dentro e lá fora, porque a única forma que a gente tem para garantir os direitos dos trabalhadores é a alta organização do povo através dos seus movimentos: piquete, mobilização, greve. E não aceitar chantagem! Tem gente que já está dizendo para os taxistas que a Sessão vai ficar longa, porque os Vereadores de oposição vão querer falar. É óbvio que vamos querer falar para defender direitos, para defender os direitos dos taxistas, para defender os direitos dos trabalhadores, para defender os direitos da cidade de Porto Alegre, para dizer para a TVCâmara que estamos com todas as entradas da Câmara fechadas, que as galerias estão vazias. Estão descumprindo a ordem judicial, e nós estamos vendo a polícia entrar na Câmara neste momento. Concluindo, nós, do PSOL, não aceitaremos uma Sessão com repressão. Se tiver violência, não contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu gostaria que todos prestassem atenção ao veto, a esta emenda, porque tem uma lógica de fundo. O Prefeito tem um tremendo ódio dos taxistas. O veto a esta emenda tem uma lógica com a questão que aprovamos antes, no primeiro destaque, sobre a autorização. Quando ele tira esse tempo para as pessoas apresentarem documentação, porque hoje o serviço é permissionado, então, requer um determinado procedimento. Aqui já foi explicado que a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal já pacificou essa questão. Nós vamos resolver isso através da autorização. Então, quando ele tira esse primeiro parágrafo que dá esse tempo para retomar um novo sistema, é aquela coisa que está forte e permanente na fala do Prefeito contra o serviço de táxi. Ele disse que vai terminar o serviço em dez anos. Nós vamos mostrar ao Prefeito que, desde o tempo em que chamávamos o motorista de táxi de chofer de praça, faz muito tempo, ele vai se perpetuar na eternidade, porque é natural, é da vida das pessoas. Hoje, quando você está em qualquer lugar, pode pegar um táxi que esteja passando; se você está próximo a sua casa e tiver uma parada, você vai até a parada de táxi! Há pouco nós discutimos que temos um hospital importantíssimo em Porto Alegre, o Mãe de Deus, o taxista não consegue pegar um doente, um doente não pode descer, há sempre problemas. Muitas vezes, o ponto fixo fica no outro lado da rua, não há boa vontade, pelo contrário, há uma determinação para atrapalhar permanentemente a vida do taxista. Isso a gente está verificando que não é só a visão do Prefeito, ele conseguiu, pela pressão, com a farta distribuição de cargos de confiança, fartíssima, que ele disse que ia cortar, ia ficar um terço, ele já conseguiu aumentar, como ele também entra em contradições, e a contradição está hoje aqui, nesta Casa, quando nós estamos discutindo com calma, com tranquilidade, ninguém vai nos tirar do sério. Estou sendo provocado, durante a Sessão inteira e no seu período de intervalo, mas eu não vou cair na provocação, eu não nasci ontem. Eu sei como o autoritarismo se impregna nas pessoas, eu sei como algumas pessoas se impregnam mais de autoritarismo lendo autores autoritários. Mas neste mundo líquido, neste mundo, como diz Umberto Eco, em que nas esquinas, nas bocadas, na sociedade vem aquele fascismo eterno, aquela verve autoritária, aquela ânsia de tripudiar, de pisar nas pessoas, de machucar o semelhante. Por isso, nós vamos hoje de noite, amanhã, e quanto tempo for necessário, defender a dignidade dos taxistas. Nós estamos aqui, neste momento, para defender o serviço, melhorar a sua qualidade, como, ao votarmos isso aqui, nós estaremos aqui para defender a dignidade do servidor público, para defender que não haja assédio moral, para que não haja perseguição. A Cidade vai brotar como uma fênix, para uma cidade livre, libertária, moderna como Porto Alegre já foi. Viva o serviço de táxis, na defesa dos taxistas. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, as galerias questionam os fones de ouvido que V. Exa. está usando. O senhor consegue me escutar bem? Esse assunto lhe interessa. Eu não sei se o Ver. Ricardo Gomes está no seu gabinete ou se está pelos corredores, mas eu gostaria muito que ele estivesse presente, porque, no final da votação do último destaque, ele fez algumas indagações em relação ao mandado de segurança que nós entramos nessa madrugada, e questionou inclusive que a minha assessoria poderia ter induzido o juiz ao erro. O Ver. Ricardo Gomes é um brilhante advogado, talvez mal informado pela sua assessoria. Eu quero aqui, Ver. Dr. Thiago, contribuir para que ele não cometa esse erro de achar que nós tivéssemos a audácia, a sabedoria, inclusive, de induzir um juiz ao erro. Isso chega a ser até algo difícil de sustentar. Mas nós não usamos apenas o Regimento, no art. 105, que foi aqui colocado por alguns Vereadores. Inclusive o Ver. Bosco já tinha colocado, na última Sessão, que nós estávamos infringindo o art. 105 do Regimento. Mas nós usamos o art. 77 da Lei Orgânica do Município. Eu quero ler para que fique aqui registrado para que as palavras do Ver. Ricardo Gomes não fiquem no ar, inclusive que ele possa usá-las em algum momento. Mas o art. 77 da Lei Orgânica diz o seguinte (Lê.): “O projeto de lei, se aprovado, será enviado ao Prefeito, o qual em aquiescendo, o sancionará. § 1º – Se o Prefeito julgar o projeto, no seu todo ou em parte, inconstitucional, inorgânico ou contrário, ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, [Diretor Legislativo, escute o art. 77 da Lei Orgânica, eu lhe peço atenção] dentro de quinze dias úteis contados daquele em que o recebeu, devolvendo o projeto ou a parte vetada ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas.” Aí eu chego ao §4º, que diz o seguinte (Lê.): “O veto será apreciado no prazo de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.” E o § 6º (Lê.): “Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no Inciso IV, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final”. Isso já é suficiente para dizer que não apenas temos o Regimento a nosso favor, o art. 105, como o art. 77 da Lei Orgânica. Eu não sei se o Ver. Ricardo estava mal informado, eu acredito que não, é um advogado que tem conhecimento. Aliás, ele, inclusive, lê apenas uma parte da liminar aqui concedida pelo juiz, mas eu vou ler para ele a parte que ele não leu, ou não quis ler. Mas diz o seguinte, ali no finalzinho (Lê.): “Dia 12.07, com início às 9h30min, na Câmara Municipal, ocorra de forma pública [diz o juiz, ou seja, com acesso ao público], podendo a autoridade coautora adotar as medidas de segurança que entender adequadas para o regulamento desenvolvido da Sessão, bem como que a Ordem do Dia obedeça rigorosamente as prioridades estabelecidas pelo art. 105”, [mas nós também entregamos ao Juiz o art. 77 do Regimento, no que toca a proposição vetada]. Então, intima-se, solicitando informações. Enfim, quero dizer isso, porque a nossa assessoria trabalhou muito durante a noite de ontem, entraram a madrugada para que pudéssemos trazer ao

plenário, trazer a quem está aqui presente a possibilidade de estar acompanhando esta votação e que pudéssemos respeitar o Regimento e a Lei Orgânica para que não viéssemos aqui, através de uma maioria – na verdade, foi isso, exerceu sua maioria, quebrou um acordo que estava firmado dentro do colégio de líderes. E, Presidente, nós, infelizmente, tivemos que ir ao Judiciário, algo que eu jamais imaginava ter que fazer, como Vereador. Mas V. Exa. é um advogado também, tem sensibilidade para ver o nosso apelo que foi feito, respeitou, acatou a decisão judicial. E nós não fizemos isso com nenhuma outra intenção, se não a de resguardar aquilo que há de mais sagrado para nós, que é o Regimento desta Casa.

Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Vereador. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): O Ver. Pujol está pedindo para explicar. Na verdade, trata-se de um destaque ao veto que suprime a questão da cor dos táxis especiais e do táxi normal, digamos assim, agora me foge a palavra. Não é um tema de grande relevância, porque depois nós entraremos justamente na discussão da cor. A discussão da cor, acho que foi uma tentativa do Prefeito Marchezan de ficar um pouco bem com a Cidade: “Vou defender a cor vermelho ibérico”, sendo que os próprios taxistas, quando votamos aqui... É bom explicar o contexto daquela votação, foi justamente para tentar dar um pouco de equilíbrio ao desequilíbrio que o uso dos aplicativos acabou infringindo à categoria dos taxistas, mas é importante lembrar o que o que o Ver. Adeli colocou, aqui na tribuna: o Prefeito é contra os taxistas. Quando ele tira o passe livre num dia de vacinação e sugere que as pessoas chamem os aplicativos para levar suas crianças para vacinar, não precisa dizer mais nada de um Prefeito que não consegue entender a lógica de uma Cidade que está acostumada e necessita do passe livre para também se locomover.

Eu acho que há um certo entendimento de que estamos subindo na tribuna e falando no contexto todo, porque, inclusive, estamos discutindo requerimentos de destaques, porque, logicamente, hoje é um dia muito diferente, um dia muito marcado pela data de ontem e que hoje acaba se repetindo. Ontem, exatamente 24 horas atrás, subi na tribuna, mas, antes de subir na tribuna, falei diretamente fora dos microfones com o Presidente Valter e perguntei a ele como ficaria aquele dia marcado na história da cidade de Porto Alegre. Pois bem, está marcado como um dia em que se usou, dentro da Câmara Municipal, gás lacrimogêneo, violência física, a Brigada Militar dentro da Câmara e dentro do plenário da Câmara Municipal. O primeiro a denunciar isso foi o próprio Vereador Adeli. É lógico que aqui, quando se fala em violência, e queria falar para as pessoas da imprensa que estão aqui, fica muito fácil depois filmar ali o momento em que está havendo a agressão e não dar a ênfase de que a agressão começou às 11

horas quando o Prefeito, numa manobra, tentando pegar de surpresa servidores e servidoras do Município comete a primeira violência contra a Cidade. Aliás, contradizendo-se, porque disse que começaria a votar os projetos que tratavam da arrecadação e só depois trataria dos projetos da carreira e do serviço público. Mudou de ideia, tipicamente numa estratégia para conseguir surpreender a Cidade e não conseguiu. Foi infeliz na sua manobra, graças às redes sociais, graça à fluidez de comunicação e, em poucas horas, a Câmara estava cheia de pessoas querendo acompanhar a Sessão. E não é a primeira vez, eu lembro do ano passado, durante a greve, os servidores lotavam aqui as galerias, inclusive de pé, dos dois lados. É claro que havia manifestações, mas esse é o direito democrático de poder acompanhar as sessões da Câmara. Bastava seguir a mesma lógica, bastava abrir a porta, ao invés de fechar a porta e trazer a Brigada Militar e a Guarda Municipal para tentar se proteger daquela política antipovo que tentava impingir aos servidores e servidoras do Município. Então estamos aqui inclusive votando, quero pedir desculpas em nome de alguns Vereadores que estão vendo que estamos debatendo aqui requerimentos de destaques, quer dizer, estamos debatendo o pequeno do pequeno para destacar aquilo que depois discutiremos. Isso tudo não é por desrespeito aos taxistas que estão aqui, mas é justamente para a gente discutir o projeto que estava previsto para segunda-feira, talvez até segunda-feira fosse um outro momento. Estão tendo que conviver aqui, agora há pouco, na manhã, estavam sendo confundidos - mais uma estratégia do Governo de trazer seus CCs, eu não quero aqui demonizar os CCs, só estou dizendo que, se eles se dispõem a vir aqui para fazer pressão, para tentar contrabalançar e dar uma opinião, dar uma ideia de que fazem parte de uma população que está aqui para fazer o contraponto, mas não deu certo. Os próprios taxistas se revoltaram com o fato de estarem ali sendo confundidos com os CCs, e eu quero parabenizá-los. Então fica aqui o encaminhamento da emenda, é uma emenda que não tem grande impacto, ela trata da cor. Depois discutiremos a cor, mas o nosso repúdio a tudo o que aconteceu ontem e hoje na Câmara. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou ser rápido e nem vou usar os cinco minutos, mas acho que pode ser resultado aqui de um esforço das bancadas, sejam elas da oposição, da situação ou também dos independentes, como é o nosso caso. Comentava isso com o Ver. Bosco há pouco, com o Ver. Mendes, que é o líder da nossa bancada, e também em face da decisão liminar que foi proferida nesta madrugada, nós então estamos aqui deliberando regidamente de acordo com o dispositivo do art. 105 do Regimento interno desta Casa. Mas também sabemos que é importante decidir. E aí eu falo aqui para os taxistas, que

também por compromisso desta Casa, tanto do colégio de líderes como da Mesa Diretora, na época, se mobilizaram, participaram, percorreram os gabinetes dos Vereadores, muitas das sugestões trazidas pelos senhores se traduziram em emendas aqui, boa parte delas infelizmente vetadas pelo Governo. E todos nós queremos um transporte mais ágil, mais seguro, moderno e que caiba no bolso do cidadão, que cobre um preço justo e que também seja fator gerador de renda e oportunidades, e para que os taxistas também possam, efetivamente, estabelecer uma concorrência leal a partir do momento em que se estabeleceram os aplicativos aqui em Porto Alegre.

Então, o apelo que eu faço – até porque também há um outro acordo do Colégio de Líderes que foi firmado ontem pela manhã, que é a realização de sessões extraordinárias também na sexta-feira –, se nós vamos chegar até os outros projetos que estão pautados, bom, nós estamos seguindo, agora, o que diz a decisão liminar; aquilo que está garantido pelo art. 105 do Regimento, e assim vamos votar. Eu faço um apelo, aqui, a todos, não só aos que têm utilizado a tribuna, mas a todos que estão neste plenário, que lideram as suas bancadas ou que integram as suas bancadas: não tem cabimento nós passarmos um dia inteiro discutindo requerimento de destaque de veto, gente! Não tem cabimento! A sociedade quer de nós produção! Se foi, Ver. Mauro, a intenção de V. Exa. – e cumprimento V. Exa. pelo êxito do provimento judicial – garantir que votássemos conforme o Regimento, bom, então, vamos dar celeridade! Os servidores também querem que decidam sobre eles! Os contribuintes querem que decidam sobre o IPTU! E os taxistas, antes de tudo isso, querem que decidam sobre o futuro deles! Não dá para ficarmos o dia inteiro, ou, quem sabe, Ver. Mendes Ribeiro, a madrugada inteira fazendo aqui proselitismo em cima de encaminhamento de um requerimento para ver se destaca ou não! Nós temos que produzir! Cobrem desta Câmara que ela produza e não manobras de protelação. E quero aqui dizer que o provimento judicial liminar, Ver. Professor Wambert, garantido pela autoria do Ver. Mauro Zacher, foi para termos celeridade, não o contrário! E é essa a interpretação que nós temos que ter. Qualquer outra coisa que se faça aqui, sem entrar no mérito, é retardar as decisões importantes para a Cidade e, neste momento, para os taxistas, porque os vetos, na sua grande maioria, são nefastos ao conteúdo do projeto que nós aprovamos aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Boa tarde, senhores e senhoras, é oportuno até falar depois do Ver. Carús, Vereador que tem combatido muitas políticas que vão destruir o interesse público nesta Cidade, serviços públicos nesta Cidade, destruir uma história de lutas, uma vida de lutas, gerações, quem sabe duas gerações de lutas para constituir carreira, constituir um corpo funcional qualificado, capacitado, e a

luta recente dos transportadores individuais: taxistas. Uma luta recente, importante, uma luta de sobrevivência e de qualificação de serviços. Mas, Ver. Carús, o projeto dos taxistas ia ser votado quarta-feira. Hoje é quinta-feira, que eu saiba tarde já. Se tivesse sido respeitada essa ordem... E a ordem votada, há uma semana, era para ser quarta-feira, não era? A ordem votada dia 18, aliás, um pouquinho antes de 18, porque dia 18 a categoria municipal tirou uma greve geral, porque ali começavam a entrar os vetos, as urgências, por entendimento da maioria desta Câmara, que aceitou do Prefeito, impondo a sua agenda e impedindo o Parlamento de inclusive sugerir questões e aprovar questões de origem do Parlamento para a Cidade. Bom, a categoria voltou atrás de forma responsável para realizar o serviço público, porque eram cinco projetos densos, complexos e ainda entravam os vetos. Ora, os vetos têm previsibilidade, entravam nessa quarta-feira. E os taxistas estavam organizados para vir debater e já estavam dialogando com os Vereadores para vir na quarta-feira. Só estão entrando hoje, de surpresa para vocês também, porque tivemos de ir à Justiça. A ação do Ver. Mauro Zacher foi acolhida, a nossa ação e de outros Vereadores entrou um pouquinho depois, e iria ser acolhida. Isso não é para minorar o esforço do Mauro, que tem uma equipe excelente e está trabalhando muito bem, como tem outras ações que serão acolhidas. Ao arrepio da lei, nem sempre a lei dá respaldo para rasgar a democracia, para rasgar Regimento. Portanto, é nosso pleno direito e a nossa obrigação, porque os municipais não tinham expectativa de que haveria votação, nesses dias, sobre suas vidas, seus programas, seus projetos, suas carreiras. É nossa obrigação substituir o processo, que não houve, de debates com a sociedade, fazendo aqui os destaques. Cada emenda que foi vetada, nós estamos destacando, porque cada uma merece ser analisada. O aligeiramento pode matar servidores, pode matar taxistas, pode impedir uma família de ter o seu ganha pão, o votar aligeirado, o votar com maiorias artificiais, maiorias articuladas por um Prefeito autoritário, irresponsável com a Cidade, maiorias ocasionais. Então, nós estamos aqui, não procrastinando à toa; nós estamos procrastinando em nome da democracia. O que é isso? O Choque está hoje lá fora. O que é isso? É a marginalização dos servidores que entregaram uma vida inteira para o trabalho público, responsável e que muitos não querem estar lá, tratando tuberculosos, lá na ponta, tratando meninos e meninas que sofrem violência, oferecendo educação e oportunidades, lá na periferia, onde a violência mata todos os dias e ameaça todos os dias os servidores. Eles são tão marginalizados que são acusados de bandidos e predadores, tão marginalizados que aqui o Presidente e os Vereadores diziam que os taxistas não vão se misturar com esses aí. Imaginem isso gente, são eles que dão aula para os filhos de vocês, eles dão aulas, são professores, são dentistas, enfermeiras que cuidam da gente, quando a gente vai para o Pronto Socorro. Marginalizados, assediados, oprimidos, ofendidos. Acho que eu terminei bem, e espero que o senhor retome isso, Presidente, patrocinando isso na sua gestão.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Presidente Valter, boa tarde colegas Vereadores, Vereadoras, servidores que estão aqui mais uma vez, eu lamento muito os servidores, desde que estou aqui costume dizer: não teve um final de ano em que trabalhador não estivesse aqui dentro da Câmara. Eu lembro das lutas lá do meu pai, da década de 1980, de arrocho salarial. Virei parlamentar aqui, e o serviço público parece que todo o ano tem que batalhar, tem que lutar, seja por reajuste, seja para garantir direito. Quero também fazer uma saudação aos taxistas e ao público que está aqui. Eu gostaria, antes de mais nada, de dizer o seguinte: uma das coisas mais chatas que tem aqui na Câmara, e seriamente eu falava com o Ver. Prof. Alex e a Ver.^a Fernanda, é desgastar as pessoas, inclusive nós. Eu fiquei aqui, nestes quatro anos, no final do ano, até 2h30min, 3h da manhã votando. Eu, particularmente, não me sinto muito confortável dentro do plenário, eu gosto mais de estar na rua, trabalhando com meus bichos, mas, enfim, é parte da função que a gente ocupa estar aqui dentro do Parlamento, lutar e fazer a luta aqui dentro, mas uma das coisas mais cansativas é a pouca... Eu nem ia me inscrever para falar, tamanho o constrangimento que tenho de estar aqui falando, porque a gente vai levar essas pessoas aqui até as dez da noite, como foi assim, Xandi, como foi assim, servidores, no ano passado, no meio do ano passado, e é cansativo. Para mim, é muito cansativo, acredito que para vocês é pior ainda, porque estar aqui desde às 7h da manhã, ficar até a 1h da manhã... E falo abertamente, porque eu não faço acordo que eu não possa falar em público, e meu pai, inclusive, foi uma das pessoas que me disse isso: Rodrigo, tudo o que tu tratar na política, tenta poder falar em público, senão não está certo. Uma das regras é esta, e eu não tenho nenhum problema em dizer que recebi a ligação, está aqui o Cristian, que é do Governo, do Prefeito Marchezan, insistindo para que eu votasse com relação, e eu, claramente, mais uma vez, venho reafirmar que vou votar pelo serviço público de ponta a ponta. Não há negociação, não há margem. Ligou-me o Presidente Nacional do PODE, para discutir que era importante, que tem relação; não, não teve acordo. Porque daí é uma questão histórica, eu explicava, inclusive, para o Prefeito Marchezan, de forma muito didática, num diálogo muito bacana, que faz parte de minha história. Defender os animais, Bosco, e não defender os servidores públicos contrariaria o meu princípio de estar aqui, Pujol, então, eu não teria como. E seja aqui, seja aonde for, porque também, se amanhã ou depois eu estiver num outro espaço, não vou votar, vocês verão minha história. Porque é uma questão de princípio, aquilo em que tu acreditas por princípio. O resto todo é discutível, mas mesmo com a ligação, eu queria fazer um apelo e dizer e pedir a vocês o seguinte, isso é o mais importante. Meu voto tem, tu sabes disso, Moisés, vou votar de ponta a ponta com o serviço público. Mas eu queria dizer para a gente não cansar esse povo até o final do dia, levar até a 1h da manhã, senão, vou estar aqui falando sobre o mesmo assunto. E são quatro ou cinco inscrições para falar a mesma coisa. O Professor Xandi, mesmo quando eu era aluno, eu não tinha saco para ver a

mesma aula duas a três vezes. Aí a gente vai se inscrever aqui para falar cinco vezes a mesma coisa, fazer demagogia, para agitar aqui ou agitar de lá; ou para justificar isso ou aquilo. Sendo que aqui dentro, e eu posso garantir para vocês que, às 15h30min, a primeira vez que subi à tribuna, estou desde as 8h30min, todo mundo está com posição fechada, ninguém vai ser convencido de nada. Ninguém, dos 36 Vereadores, vai mudar de opinião, e tenho convicção de que todos que vieram para a Sessão Plenária de hoje, assim como a de ontem, já têm a sua opinião formada. Ou seja, vão ser discursos vazios, demagógicos, cansativos, exaustivos para vocês para ganhar ou perder. E quero dizer a verdade para vocês: eu não tenho certeza - e falei para o Prefeito Marchezan como falei para ti, Xandi – não tenho certeza, Alex, de que o Governo ganha ou os setores aqui que fazem oposição ao Governo vão ganhar, porque eu vou votar com os servidores. Mas uma certeza eu tenho, vai ser cansativo, desgastante. Por quê? Se a gente pode levar o voto e já resolver a parada e não cansar ninguém, porque eu acho que seria muito importante.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votado em destaque o § 1º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa..

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Por favor, entregue o Requerimento por escrito à Diretoria Legislativa. Muito obrigado.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votado em destaque o § 2º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Primeiro eu quero falar com os taxistas sobre a questão de cada um dos destaques. Se os artigos não forem destacados, todos eles serão votados em bloco, no bojo do veto do Prefeito. Isso não significa tática de plenário e cansaço, porque é óbvio que os taxistas gostariam de estar trabalhando, assim como os servidores públicos gostariam de estar trabalhando. A culpa de nós estarmos aqui, de os taxistas não estarem nas ruas, como alguém falou, e de os servidores terem que passar o dia inteiro na Câmara de Vereadores – ainda mais levando em consideração o que nós vivemos e presenciamos ontem – é o veto do Marchezan, no caso dos táxis; e, no caso dos servidores, uma manobra para alterar a ordem de votação da Câmara de Vereadores.

Eu faço esse alerta porque, do artigo passado, que tratava das especificações, foi rejeitado o destaque. Se de todos os outros forem rejeitados os destaques, serão votados no bojo do veto todos os artigos, que tratam de temas diferentes. Esse, agora, trata da categoria estabelecida de licença especial de estacionamento para o ponto fixo do aeroporto, certo? Eu estou fazendo aqui esse encaminhamento para deixar esse alerta, assim como para deixar um alerta também para a gente pensar as muitas facetas das interrupções, Presidente. Recentemente, teve um Vereador da oposição que também se atrapalhou na emenda encaminhada, e que bom que ele não foi interrompido, ninguém resolveu interromper a sua fala para ajudar; mas, quando é uma mulher, a prática das interrupções é sistemática. Eu quero deixar esse registro.

Por fim, quero conversar com o Ver. Maroni. O Ver. Maroni se comprometeu aqui de votar em cada um dos projetos com os servidores, o que é muito positivo, porque nós precisamos, sim, derrubar os projetos que atacam o direito dos servidores. O problema que nós identificamos nesse processo todo é que o Governo tentou, aos 45 minutos do segundo tempo, inverter a ordem, acelerar a tramitação dos projetos e fazer essa votação sem a pressão popular. É por isso que nós também queremos discutir todas as táticas de resistência. O Vereador falou: “Olha, nós ficarmos o tempo inteiro encaminhando é cansativo”. Não preciso dizer o quanto é cansativo, mas mais cansativo que isso é sair com uma agenda de dia inteiro e, de repente, sermos surpreendidos por WhatsApp com a mudança da ordem de votação da Câmara de Vereadores. Mas o tema é que nós precisamos construir uma maioria para derrotar o pacote dos servidores. Eu acho que é muito importante que a gente faça esse movimento aproveitando os momentos de plenário para mostrar a anormalidade da situação, independente da votação, já houve uma ruptura democrática ontem o dia inteiro e na forma como está sendo conduzido o debate. O Governo ainda tem tempo de recuar, mas nós sabemos que o Marchezan não vai recuar, porque o Marchezan é antipovo, porque o Marchezan é inimigo dos taxistas, porque os taxistas são povo, Marchezan é inimigo dos motoristas de aplicativo também. Não se enganem, quer só defender os donos de aplicativos; dos motoristas, também ele é inimigo, como é inimigo dos servidores públicos, como é inimigo dos trabalhadores da assistência social, como é inimigo dos conselhos municipais que ele perseguiu e tentou não dar posse. Pela primeira vez na história o Conselho da Mulher não tomou posse dentro do Paço Municipal. Primeira vez na história, tomou posse na Casa dos Conselhos, um ano depois! Agora, está na mão dos Vereadores, com a pressão da sociedade organizada, decidir se a Câmara de Vereadores é uma correia de transmissão dos interesses do Marchezan ou se a Câmara de Vereadores é autônoma com capacidade de dar um sinal e derrubar o golpe que a maior parte dos partidos endossaram na reunião de Mesa e Lideranças. O plenário é soberano! Tem Vereadores, como o Cassiá, que é do PP, que muitas vezes tem votado com os servidores. Tem Vereadores que são dos partidos que votaram em inverter a ordem, mas que têm feito sinais. É preciso que isso fique claro, para que a gente possa não fazer nenhuma aventura e, sobretudo, derrotar esse projeto que ataca os servidores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Trabalhadores, taxistas, servidores, vir aqui na tribuna dar um discurso de que está preocupado com os senhores, tem que demonstrar na prática; era só o Governo dar um acordo que ia aceitar os destaques, e nós já tínhamos até votado o veto. Quem nos obrigou a destacar, quem nos obrigou a vir discutir isso aqui, em primeiro lugar, foi o Governo que não cumpriu o acordo feito por este plenário. Foi o Governo que vetou coisas acordadas e cumpridas com este plenário. Vetou! Não fomos nós, o poder da caneta não é nosso, o poder da caneta é do Governo. Vetou coisas simples que acordou com os senhores, tipo o que nós estamos discutindo agora, a capacidade dos carros executivos nesta Cidade. Fez um acordo, nós botamos uma emenda, no projeto, de diminuir a capacidade dos carros, inclusive o banco de couro, que hoje em dia é raríssimo vir um carro de fábrica com o banco de couro. Hoje, tem várias lojas em Porto Alegre botando banco de couro, porque é muito raro vir um carro de fábrica com banco de couro, isso é considerado acessório. E o Governo previa, no projeto, banco de couro, e o porta-malas do carro era maior do que o que foi construído nesta Casa, que é de 400 litros. E o Governo veta isso. Estou dando um exemplo só. Então, nós quarteamos o veto todinho na CCJ, os senhores acompanharam. Era só o Governo dar acordo para votarmos de forma individual; se votarmos em bloco, cai tudo, é sim ou não e cai tudo. Cai autorização, cai o carro com acessibilidade, cai tudo. É por isso que nós estamos fazendo assim, e esse é o papel da democracia, não fomos nós que mudamos, que invertemos a regra do jogo. Hoje, não era para ser votado nada aqui, porque hoje é quinta-feira, hoje era dia de homenagem nesta Casa. Hoje não era para ter votação nesta Casa. O Governo que inverteu a ordem, inverteu a pauta. Hoje vocês não podem entrar nesta Casa, mas o Prefeito baixou um decreto mandando os Secretários convocarem os funcionários para estarem nesta Casa. Olhem só que coisa de louco, de doido. O Prefeito baixa um decreto para seus Secretários convocarem os funcionários para virem para a Câmara de Vereadores. E aí a Câmara de Vereadores não permite que os funcionários entrem. É coisa de doido, é coisa de maluco, não é? Baixa um decreto, está lá o nome dos Secretários, dizendo para os Secretários convocarem os servidores para virem para a Câmara de Vereadores, e a Câmara de Vereadores, judicialmente, é aberta para os servidores, senão nós estaríamos a portas fechadas aqui. Novamente, a Justiça tem que legislar - isso está virando moda no Brasil -, ao invés de os legisladores legislarem, quem está legislando é a Justiça, e isso está virando moda no Brasil, porque a gente não quer discutir, a gente quer chegar aqui, digitar a senha no painel e ir embora. Nós temos que estar aqui para trabalhar para o povo, e o povo está sentando nas cadeiras das galerias...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Mais um minuto, Vereador.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): São os taxistas, são os servidores da Saúde, são os professores do Município, são as pessoas responsáveis pela guarda do Município, pelas leis do Município, são as pessoas que fazem esse Município pulsar. Esse é o nosso papel, e se tivermos que discutir hoje, discutir amanhã... Porque o Governo não quer fazer política, porque a arte da política é dialogar, a arte da política é conversar, a arte da política é fazer o bem não interessando a quem, e nós estamos aqui para fazer o bem para a população de Porto Alegre e não para fazer o mal, não para tirar o direito dos taxistas, não para tirar o direito dos servidores, mas para fazer o bem para a população de Porto Alegre. Então, se o Governo desse acordo para discutir individualmente cada um dos que nós estamos discutindo aqui, provavelmente nós já teríamos votado o veto e já estaríamos votando os projetos do Governo, o pacote de maldades do Governo do Prefeito Marchezan. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, eu volto a essa tribuna porque, de certa forma, fui provocado, de maneira elegante, e a tribuna nos permite isso, fazer o bom debate. Eu voltei aqui a essa tribuna para falar sobre tantas questões, principalmente sobre aquela que nos diz respeito, que foi a ação que nos garantiu, de maneira liminar, que as galerias estivessem abertas, permitindo que vocês, servidores, estivessem assistindo aqui na Casa, os taxistas aqui presentes, enfim, ou não estariam aqui hoje, e estamos aqui votando emendas que foram vetadas e que são de extrema relevância. Eu quero destacar isso, porque eu não fiz além, eu quero destacar o episódio, mas eu não fiz nenhum destaque em relação às emendas. Eu subi a esta tribuna, praticamente, sem ter descumprido nosso Regimento, e acabamos falando de assuntos que têm pertinência ao dia, ao momento, mas escuto muito pouco sobre aquilo que nós temos aqui em Pauta, que são os táxis e as emendas.

O Ver. Valter me fez alguns questionamentos em relação à questão dos servidores que estavam na rua bloqueando a entrada e a saída, eu justifiquei que nós é que estávamos bloqueando a entrada. Depois o Ver. Ricardo Gomes vem aqui e diz que fez uma análise jurídica sobre a liminar e disse que nós poderíamos ter induzido ao erro, e eu tive que trazer aqui artigos para justificar. Agora, o Ver. André Carús... Entendo a sua posição, porque todos nós queremos celeridade, não temos aqui nenhum motivo que não seja votar os projetos que estão na Pauta, que todos nós estamos aguardando. A liminar não só garantiu a entrada de vocês como garantiu que fosse cumprido o Regimento. Foi exatamente isso.

Então eu quero justificar que eu não fiz nenhum destaque, não tenho nenhum propósito que seja para procrastinação. Eu quero, Ver. Carús, que nós possamos votar e enfrentar os temas. O que nós não aceitamos, e por isso recorreremos à

Justiça, é a Casa não respeitar o seu Regimento, e aí nós não conseguimos entrar num entendimento político. Evidentemente que o caminho é a Justiça. Aliás, não me vanglorio, não acho que seja uma bela atitude; ao contrário, é equívoco do Parlamento nós transformarmos todas nossas situações difíceis no Judiciário.

Eu quero destacar o jornal Correio do Povo, que fez uma bela cobertura imparcial, tem acompanhado todos os temas de maneira jornalística, aquele jornalismo que a gente espera para a nossa Cidade. (Mostra o jornal.) Nós estamos em momentos difíceis, estamos em uma situação em que nos dividimos. Hoje, eu fiz uma matéria em cima das minhas convicções, e assino por ela. Um jornalista do jornal Zero Hora chegou à petulância de achar que o meu material estava enganado. Mas como ele pode dizer isso de mim? Eu sou um Vereador, conheço o projeto, sou economista de formação, tenho buscado formação na área de finanças, de orçamento. Conheço o projeto, isso tramitou no nosso Governo. Foi uma decisão do Prefeito Fortunati não levar adiante, achou que a Cidade não comportava aquilo chamado *trade-off* na gestão, uma decisão que teve custo para ele. Infelizmente, teve que tirar recursos de outras áreas, mas, enfim, uma decisão. Como vai dizer esse jornalista que eu não estou falando a verdade? Eu tenho minhas convicções! Aliás, o simulador que nós trouxemos e botamos nas redes sociais foi estimulador, tanto que provocamos que trouxessem um simulador para que as pessoas pudessem ter noção dos impactos, para podermos dar transparência. Então, quero aqui novamente ressaltar o belo jornalismo que o jornal Correio do Povo tem feito, inclusive tem dado espaço; aliás, nós, aqui, diversas vezes, fizemos bons embates lá no programa do Juremir. Ver. Carús, se eu não for provocado, não volto à tribuna. Eu não fiz nenhum requerimento pedindo destaque, quero mais é que a gente possa votar com a maior rapidez e celeridade que esta Casa e o povo esperam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Sou da opinião que, tanto taxista, quanto servidor público, não são partidários. Eu tentava explicar isso, inclusive, para o Prefeito Marchezan, há uns dez dias. Assim como há uma disputa sindical; sim, no Simpa tem disputa sindical: PT, PSOL PCdoB, PSTU e alguns setores de extrema esquerda. O servidor em si não tem uma opinião; na sua maior parte até pode ter opinião, mas não é partidarizada; seguramente, dos 24 mil servidores, a maior parte não é. Eu até comentava com ele que não executo política em cima do serviço público. Vocês não me viram panfletando lá em nenhum momento, nem me verão. Eu falo isso com a franqueza que falei com ele, porque sei que há contradições também nos setores de direita; por exemplo, há uma diferença enorme, Moisés, entre o PSDB e o partido NOVO; entre o PSDB e o Bolsonaro, por exemplo. Há conflitos de diferença, mas isso

não quer dizer que há uma posição definida, assim como os taxistas. Meu avô foi taxista e sempre foi contra partido político. Ele até era de uma tese despolitizada que partido político contaminava. Meu avô foi taxista! Por que falo isso, gente? Porque acho que é ruim perder tempo fazendo disputa ideológica. Por isso que votei por princípio, vou votar pelo serviço público por princípio. Não tem voto, não tem partido. Eu não tenho uma pessoa no sindicato que vá disputar no próximo ano; nem daqui a dez anos vou colocar alguém para disputar no sindicato, porque sinceramente não é o meu interesse, vou votar por princípios. E um dos palpites mais honestos que vou dar, porque sei que vai ser cansativo, tanto para os servidores, como para os taxistas, é o seguinte: acho que deveria estar lotado por quem quisesse estar aqui. Se tivesse que ter duas mil pessoas, eu sou da tese pessoal, particular, Roberto, que, se tivesse que transbordar de gente, seria muito bacana. Esta é a minha opinião, não é opinião técnica, nem dos bombeiros, é uma opinião pessoal, por mim, botaria duas mil pessoas, cinco mil pessoas, se coubesse aqui, na área, fosse o número que fosse. Mas sendo bem honesto com vocês, para quem tem família, taxista que tem família, eu estou dando uma dica de amigo, não é uma dica de Vereador, eu diria para ir para casa, porque a votação que interessa só vai ser amanhã à noite, entenderam? Sou bem honesto em falar isso a vocês. Aqui vai ficar discurso se repetindo numa lógica de reverter o que não vai ser revertido, seja para um lado ou seja para o outro. Os 36 Vereadores, vocês podem ter certeza, já tem a opinião definida. Se a minha mãe tivesse no plenário, se o meu pai tivesse aqui, o meu avô de 90 anos, eu diria: “Vô, vai para casa e vem amanhã ali por volta das 22h, 22h30min, que vai começar a ficar bom”. Porque estava falando com o Valter agora e tem 14 requerimentos para serem discutidos, a mesma coisa, para, depois, ir para 14 encaminhamentos, onde todos os Vereadores podem se inscrever, sendo bem honesto com vocês, para aí votar. Ou seja, até hoje à noite não vai ser votado nada. Vocês estão aqui e não vai ser votado nada! A não ser que alguém queira ouvir os Vereadores, tenha o seu de sua preferência, foi de um, ou foi de outro, ou gosta mais de um, ou de outro, aí eu acho que é legal. Tirando isso, até ofereço um café lá no meu gabinete para quem quiser, gente, é cansativo, é xarope, sendo que não vai mudar nada. Amanhã às 22h, 22h30min estão todos convidados, aí acho que tem que lotar ali na frente, pressionar e tal, porque amanhã que vai ser o interessante. Hoje vocês vão ficar aqui babaqueando e perdendo tempo ouvindo. Se alguém tem algum Vereador de preferência, *o.k.* Há aqueles que vão vir aqui dizer que não, que é importante a discussão para aprofundar. Gente, não tem discussão nenhuma a aprofundar, a não ser que lamentavelmente chegou a essa conjuntura que eu não queria, quero deixar claro aqui, Oliboni e Alex, não queria! Por mim, não seria votado agora, seria votado lá adiante, falei para o Prefeito que fosse votado ou que nem fosse votado. Mas, enfim, está aqui, e só quero dar essa sinalização ao povo que está aqui, usando o seu tempo, a sua vida, que tem família, que trabalha, que está perdendo seu espaço de estar dirigindo, de estar trabalhando para não ser enrolado, o que vai acontecer aqui nas próximas 24 ou 30 horas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Com todo respeito, Ver. Maroni, não é verdade o que V. Exa. acabou de dizer aqui. Tanto não é verdade que ontem a Sessão estava encerrada e foi reiniciada, os que estavam aqui viram isso. Então, não é verdade. Fiquem, continuem vigilantes, porque a luta apenas começou.

Eu vou falar sobre o veto, taxistas. Eu vou falar do absurdo, do despreparo, do desconhecimento, da incompetência que estão contidos no veto. O Prefeito, olhem só, revoga o § 1º do art. 65 da lei nº 11. 582/14 no projeto dos taxistas, de vocês. No veto, ele revoga isso. E o que diz esse artigo lá na outra lei, que não está incluso nesta lei, mas que está numa outra lei? Ele diz o seguinte: “O taxista contra o qual for instaurado processo administrativo de cassação da permissão ou de descadastramento da função de condutor de táxi poderá apresentar defesa no prazo de 30 dias contados, da data da notificação, mediante requerimento escrito a ser julgado pela gerência jurídica da EPTC”. Ele tira de vocês o direito administrativo do recurso. Ele tira de vocês a possibilidade de contestar determinado processo administrativo instalado, por vezes, arbitrariamente pela EPTC. É isso! É só retirada de direitos que a gente vê aqui. Não tem nada que seja pelo mérito quando se refere a servidores, não tem nada que seja para construir e para salvar, para ajudar a posição de taxista; não tem nada que seja para diminuir impostos e para melhorar o dinheiro circulante na Cidade no projeto do IPTU. É só retirada de direitos! Eu quero que fique bem claro isso: essa emenda foi destacada pelo Ver. Paulinho Motorista, que é conhecedor da matéria, que conhece mais do que nós a matéria e a função de motorista; no caso dele, de motorista de ônibus em Porto Alegre. Não se está discutindo a mesma coisa, são coisas diferentes, são absurdos colocados no veto, parece que não leram o projeto! Parece que não leram, como no exemplo anterior. Se a esta Casa, Ver. Adeli Sell, não foi dada a oportunidade de discutir os projetos nas comissões, aí vem um pedido de urgência – banalizando o pedido de urgência –, que colocou os projetos todos no plenário, nós vamos discutir no plenário sim! Ninguém vai cassar o direito dos Vereadores de discutir em plenário! Eu fui eleito pela população de Porto Alegre para discutir esses projetos aqui nesta Casa. E não foi por pouca gente: foram 12.668 porto-alegrenses! Esta Casa não tem corregedor, portanto, eu peço aos Vereadores que venham à tribuna e discutam essas questões. Os que defendem o Executivo respondam a isso: como é que o Executivo veta o artigo que dá a possibilidade do processo administrativo, do devido processo legal, do contraditório? É contrário ao Estado Democrático de Direito, portanto, o veto é inconstitucional! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Thiago, certamente isso não passou pela Procuradoria, porque eu conheço a Procuradora-Geral. Você tirar a possibilidade de um processo administrativo, você tolhe o devido processo legal, que é a coisa mais elementar que está lá na Constituição, porque foi trazido para a Constituição brasileira pela Convenção da Costa Rica. Nós que introduzimos esse elemento no devido processo legal, vindo, inclusive, duma convenção internacional. No direito público brasileiro, no direito administrativo, temos diferentes prazos – porque as decisões podem ser em nível federal, estadual ou municipal –, mas, regra geral, são 15 dias; tem casos que dão 30 dias. Em Porto Alegre, normalmente, você tem, no mínimo, 15 dias para recorrer de uma multa ou de uma notificação, no mínimo. Portanto, qual a razão de tirar, mais uma vez, essa possibilidade do motorista, do condutor de táxi? A razão, Robaina, é aquela que eu coloquei anteriormente: é o ódio, o ódio ao taxista. Ele precisa ser espezinhado, ele tem que viver sob tensão, como o Prefeito quer fazer com o funcionário, que ele viva sob pressão, assédio moral coletivo, *dumping* moral. Isso é um crime, isso tem nome. Nós vamos dizer aqui clara e objetivamente: esta gestão não terá um minuto de paz, porque quem não está deixando as pessoas em paz, neste ano e meio, é a Administração. Portanto, nos começaremos mais e mais, dia a dia, mostrar que tem muitas possibilidades, Ver. Alex Fraga, a força nem sempre esteve no rei. Em 1215, o Rei João Sem-Terra recebeu um trancaço dos senhores feudais, porque ele massacrava com cobrança de impostos. De lá veio a Carta Magna, é de lá que nós temos os principais traços da democracia, que foram consubstanciados na Revolução Francesa, em 1789, com liberdade, com fraternidade. Depois, na Carta dos Direitos Humanos, nos direitos fundamentais. Agora, o Prefeito quer tirar a possibilidade de recurso. Quantas vezes a gente ouve o senso comum dizer que há recursos demais na Justiça? Não, não há recursos demais! Se eles existem no nosso Código de Processo Civil, se eles existem no Código de Processo Penal, é porque eles têm que estar lá, para que seja mantida a democracia, o devido processo legal. E tem mais: nós temos condições de, primeiro, fazer o recurso administrativo. Não sendo confortável pelo nosso pedido no recurso administrativo, eu ainda tenho o direito de ir para a Justiça em 1º grau e em 2º grau, e recorrer às cortes superiores. Isso é democracia! Mas, para alguém que quer voltar ao Estado totalitário, o livro de cabeceira deve ser o de Hobbes, tudo tem que ser concentrado na figura do rei, todo o poder no rei, ou seja, todo o poder em uma pessoa. Mas ele se esquece do seguinte: nós estamos no século XXI, nós conquistamos o Estado Democrático de Direito. Pela defesa dos taxistas... O direito mínimo que nos é garantido, o direito administrativo, nós somos...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O seu tempo terminou, Vereador.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu estou verificando, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu compreendo os apelos do Ver. Maroni, mas é importante que vocês saibam que a vida de carreiras, a história de vida de funcionários municipais e de famílias taxistas não pode ter um aligeiramento, se não houver uma grande construção de defesa delas. O tempo, para nós, é o tempo da construção. Nós não estamos vendo construção ainda neste plenário. Não houve possibilidade até agora de construir consensos, de construir acordos, de construir um encaminhamento positivo. Nós fomos derrotados no aligeiramento, nós fomos derrotados na ordem mais uma vez, na priorização, fomos derrotados quando pedimos que tivesse audiências públicas, quando pedimos uma mesa de negociação com o Governo. Este ano, não teve nenhuma negociação com o funcionalismo municipal, nós estamos em julho. Qual é o prefeito deste País que não recebe servidores e não instala uma mesa de negociações? Apontem! Qual é o prefeito deste País que faz isso? Marchezan. Como um dono de empresa quer produtividade, colaboração – porque agora chamam de colaboradores –, parceria, eficácia, eficiência, se não reúne nunca os seus servidores, os seus trabalhadores? Se não dialoga com eles? Se não estabelece propósitos? Se não faz formação? Se só aplica mordada, só aplica regulamento, só aplica pressão? Esse é o *modus operandi* do Prefeito.

Aqui na Câmara, no ano passado, nós conseguíamos ver uma Câmara problematizando esse modo de operar do Prefeito. Não estamos vendo neste ano na sua maioria. Não é a manifestação na hora da urgência, não foi a manifestação na hora das priorizações. Numa situação em que nós não estamos enxergando uma possibilidade de consensuar o melhor para a Cidade com alguma mediação, nós vamos exaurir todos os tempos e todas as possibilidades de debate. Todos os Vereadores sabem disso, e é por isso que nós estamos, vários Vereadores, com ações na Justiça, com pedidos de destaque para votar separadamente.

Esse é o recado que eu quero dar, e a resposta, Ver. Carús, Ver. Maroni, que fazem o apelo de tempo. O tempo é sábio, o tempo às vezes faz com que se baixe a arrogância e se considerem os processos reais e os impactos reais das decisões que tomaremos. É isso que venho falar aqui. Nós não estamos fechados para o diálogo. Esta semana, o Prefeito Marchezan me encontrou na rua, me abordou e disse: “Vamos conversar. Vamos conversar”. Prefeito, nós estamos abertos ao diálogo. Ver. Mauro Zacher, nós dissemos a ele na reunião do PT com o Prefeito: “Retire o projeto nº 008!”. Esse projeto tem que ser derrotado na íntegra, porque ele é um escândalo! Ver. Alvoní e Ver. José Freitas, nós dissemos ao Prefeito: “Retire o projeto nº 008, e nós destrancamos a pauta, nós vamos dialogar sobre os demais. Nós temos propostas,

achamos que isso mostra um verdadeiro diálogo”. Ao contrário disso, o Prefeito, que, na imprensa, nos cobrou diálogo, coerência, entrou na Justiça contra as 30 horas, que é o regime inicial de trabalho e é o que depois estabelece os regimes complementares, suplementares e...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereadora, o tempo acabou.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu não vi, Presidente, eu já encerro. Eu quero dizer que o Prefeito não faz diálogo, e o diálogo ainda não está acontecendo nesta Casa. Se tiver, não exauriremos o tempo nem a paciência dos senhores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, quero, muito rapidamente, tranquilizar o Ver. Dr. Thiago e o Ver. Adeli Sell, que se mostraram preocupados com a ausência de um artigo que trate do processo administrativo nesta lei do táxi, porque ele foi vetado. Com toda a tranquilidade, a Lei Complementar nº 790, a lei do processo administrativo, regra todos os processos administrativos no Município, inclusive esses. Não é preciso que, a cada nova lei, nós tenhamos disposições sobre o processo administrativo, portanto o veto está corretíssimo. Apenas para tranquilizar os colegas que têm preocupação quanto ao devido processo legal e ao Estado de Direito, quero dizer que há uma lei específica, há uma lei complementar específica, que segue em pleno vigor, que trata do processo administrativo, e que nós não precisamos de artigos a esse respeito na lei do táxi. Simplesmente isso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votado em destaque o § 2º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 16 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**, com o voto de desempate do Presidente.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votado em destaque o § 7º do art. 27 da Lei nº 11.582/14, constante no art. 8º

do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.). O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Senhores taxistas, esse destaque, pela assembleia dos senhores, é o segundo que mexe no bolso de vocês. Foi uma das principais reivindicações de vocês nesta Casa, além da autorização, que é a cor do carro. É uma emenda do Ver. Ricardo Gomes, do Ver. Moisés Barboza e de outros que passa o carro de laranja para branco. Vocês gastam, no mínimo, R\$ 3 mil ou R\$ 3,5 mil para passar o carro para a cor laranja. O motivo do veto é que o laranja é a cor de Porto Alegre, identifica a cidade de Porto Alegre, seria uma marca. Se o Governo quer, se o Prefeito quer que os carros continuem laranja, e algumas pessoas defendem isso como sendo uma marca da Cidade, que o Governo pague para o carro ser laranja, que a Prefeitura tire o GPS. Esta Casa não aprovou a biometria, e a Prefeitura está querendo implementar, enfiar goela abaixo, coisa que os bancos já tiraram, coisa que outras cidades tentaram implementar e já estão tirando em função dos anos e anos que os senhores ficam no volante, e as suas digitais já não têm mais o mesmo tato. A biometria passa por três sistemas dentro do carro: primeiro, para acessar o carro; segundo, para ligar o carro; terceiro, para ligar o taxímetro. É um absurdo isso, facilitando até para assaltos e roubos dentro do carro.

Quero dizer que, pela hierarquia de prioridade de vocês, este seria o segundo veto mais importante na tarde de hoje, a questão da cor do carro. Isso onera vocês, e o veículo de vocês perde valor na hora da troca. Além de ter que pintar o carro na hora que vocês compram – a fábrica não faz a cor que tem em Porto Alegre –, quando vocês vão vender esse carro, ou vendem na cor que está, o laranja ou vermelho que se usa em Porto Alegre, ou têm que pintar na cor original; têm que trocar documento, uma série de coisas. Quero dizer que esse destaque é muito importante para a vida dos taxistas de Porto Alegre, é muito importante pela aprovação que foi feita na assembleia da categoria. Mais de 76% da categoria aprovou a cor branca, disposta a botar uma faixa do lado do carro, como se vê em várias cidades do Brasil, como se vê em vários países no mundo. Agora, se a nossa Cidade quer ter um carro diferenciado como existe em Nova Iorque, quer ter um carro diferenciado, quer virar uma referência, o Poder Público terá que contribuir com esse carro. Pode fazer isso depois, via decreto, decretando que os carros de Porto Alegre serão laranja, e a Prefeitura arcará com esse custo. Aí poderá fazer uma PPP, o patrocinador arcará com esse custo do carro. O que não pode é onerar esses trabalhadores, que já têm diminuída a sua receita; esses trabalhadores, que já têm um monte de dificuldades. Não é o IPI, que vários taxistas já disseram que até abrem mão disso, porque, hoje em dia, o que é onerado um táxi de Porto Alegre com taxas, sobretaxas e adereços que tem que botar para controle... A pintura é um custo elevadíssimo nos táxis de Porto Alegre. Esse é o encaminhamento que fizemos, para que os Vereadores votem a favor de separar essa emenda durante o veto. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Janta. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação de Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; nós estamos votando o destaque da Emenda nº 16, se não me engano, do veto à Emenda nº 16 sobre a alteração da cor dos veículos da frota de táxis no Município. Aqueles que acompanharam as votações desse projeto e as discussões talvez lembrem que eu subi a esta tribuna, para colocar um pouco de lenha na fogueira da discussão. Eu fiz uma fala favorável à manutenção da coloração vermelho ibérico, dando as minhas justificativas. Falei que acreditava que essa, na minha opinião – e fechamos consenso dentro da bancada do PSOL –, por conta, justamente, da facilidade de identificação dos veículos, principalmente por conta do público-alvo, o público que mais utiliza esse modal de transporte, que é a população idosa, que tem dificuldade para operar aplicativos e que, portanto, prefere a tradição do táxi de Porto Alegre... Sendo fácil a identificação, isso garante também um pouco mais de segurança aos motoristas. Mas talvez estejam lembrados que a nossa posição foi derrotada neste plenário. Nós aceitamos isso como um princípio básico e democrático construído nesta Cidade, mas estamos defendendo a possibilidade de destacar essa parte do veto e votarmos em separado, para que, novamente, o conjunto de Vereadores desta Casa possa decidir individualmente a respeito da cor. Nós aceitamos a votação que foi feita, aceitamos a decisão da maioria, construída com a categoria, e estamos defendendo esse destaque por princípio democrático. Foi isso que ficou acertado, ficou de bom-tom para a população. Apesar de, na época, termos uma posição contrária à mudança da coloração dos veículos, agora vamos firmar posição frente à manutenção da cor branca, que é o que pedem os motoristas e, portanto, tem o nosso apoio.

Esta manifestação é para demonstrar que precisamos manter em nossa Cidade e dentro desta Casa Legislativa o princípio democrático de não cercear a opinião da parcela mais envolvida ou mais sensível a este pleito, que são justamente vocês, taxistas. Ficamos com muito receio de que, no início da Sessão, no início destes debates, vocês não pudessem acessar o plenário da Câmara, para manifestar a sua liberdade de expressão e defender o que acreditam, que é o trabalho de vocês, o sustento de cada uma das famílias aqui representadas pelos senhores e pelas senhoras motoristas de táxi. Fico contente que vocês estejam aqui representados. Por outro lado, fico bastante triste de perceber que muitos municipais se encontram fora desta Casa Legislativa, sem poder ter acesso e poder debater, porque, logo depois, entraremos em projetos que versarão sobre a vida dos trabalhadores do Município de Porto Alegre. Eles poderiam estar aqui, ocupando este lado da galeria, mas, infelizmente, não têm conseguido acesso.

Agradeço à sonorização, se aumentar mais uma vez o volume, porque foram baixando pouco a pouco. Eu não tenho deficiência auditiva e percebi esse tipo de alteração. Ratifico a minha posição de que, se existem espaços vagos, que eles sejam

completados, e que nós possamos ter a Casa do Povo cheia de povo, e não de espaços vazios. Um grande abraço a todos, continuemos nossos debates.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Olhem a importância de nós fazermos com vagar e dialogando. O § 7º, que definiu a cor branca como padrão de identidade visual dos veículos de serviço público de transporte individual por táxi, foi vetado. O § 8º, que definiu que os táxis que apresentarem cor diversa daquela fixada no § 7º deverão providenciar sua adequação, também foi vetado. O que nós estamos pensando, e parece que os taxistas e as taxistas acham adequado? Que nós derrubemos o veto naquele que retirou a cor branca – seria colocado na lei a definição da cor branca –, e mantenhamos o veto na questão do prazo para adequação, para estabelecer um tempo mais largo para, naturalmente, os táxis laranja irem sendo substituídos à medida da troca de carro. Isso não traria oneração para os motoristas e vai permitindo, de forma tranquila, a alteração e a incorporação do branco, que eu acho que vai ficar muito bonito e melhor para o custo que vocês têm para mudar de cor o carro.

Quanto ao § 7º, nós estamos orientando a derrubada do veto, trabalhando a derrubada do veto, por isso pedimos para destacar cada uma delas. Quanto ao § 8º, então, nós vamos manter o veto. De vez em quando, o Prefeito acerta, mas só vai acertar porque nós vamos acertar esse relógio e vamos derrubar um dos vetos. Eu acho que esse é o papel da Câmara Municipal, esse é o nosso papel, Vereadores e Vereadoras, nós conseguimos baixar um pouco a forma acelerada e imposta pelo Prefeito, acho que nós conseguiremos construir uma boa síntese. Nós estamos nesse sentido, são boas sínteses, que não são corporativas, elas são boas para a Cidade. Tenho certeza de que a Cidade vai ter uma categoria taxista muito mais estimulada com esse tempo largo, não tendo esse gasto extra com a cor, e também não tendo uma imposição de troca de cor. A imprensa debochou desta Casa, quando nós votamos a mudança de cor. Debocharam. Inclusive disseram que o Parlamento não tinha mais nada que fazer. Aliás eles fazem isso com alguns projetos que parecem bobos, mas não são. A gente sabe que cada um desses temas tem uma implicação muito forte. No caso do funcionalismo, infelizmente, há um pensamento único de cabo a rabo neste País, um pensamento que coloca como inexorável, como impositivo, que tem que desidratar o estado brasileiro, que tem que diminuir o estado, que tem que reduzir, e que os funcionários públicos são um bando de privilegiados. Nós sabemos, todos nós sabemos, quando nos relacionamos com as políticas públicas por dentro, o que significa fazer o serviço público, que é feito para quem não tem nada ou não pode pagar pelo serviço. São pessoas empobrecidas, são pessoas adoecidas, são pessoas que estão sob violência. São situações degradantes, não são os melhores espaços, porque a gente vai às escolas, e é um frio de rachar. As

crianças, Mônica, dizem que sente dor de frio. Nós estivemos em escolas municipais esta semana e descobrimos que as escolas infantis, onde as crianças ficam das 7 às 19h, só têm quatro alimentações. Crianças pequenas, agora nós estamos movimentando isso, isso precisa mudar. As crianças pequenas vão para casa varadas de fome; bebês, um ano, dois anos, três anos, por uma redução criminosa de alimentação. Essa é a redução do estado público. Essa é a redução do estado público que é alardeada, falada por todos os meios de comunicação e pelos gestores atualmente que precisa ter, precisa ter. O estado público tem uma responsabilidade enorme, que é prover com políticas públicas quem não tem acesso a direitos se o Estado não prover. Nós, portanto, defendemos que tratemos com muita responsabilidade quem realiza essas políticas públicas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Eu nem iria encaminhar esse destaque, mas, mediante a fala do Ver. Ricardo Gomes, eu tive que vir aqui. Eu peço para a assessoria do Ver. Ricardo Gomes passar para ele todo o texto, senão o Vereador vem aqui e lê só uma parte, aí não dá! Aí vem aqui e lê uma parte só! A nossa assessoria, às vezes, falta com isso. Passa todo o texto para o Vereador, senão fica ruim, porque a gente vai atrás da informação. Eu falava que vocês não vão ter o recurso administrativo. Esta lei que o Ver. Ricardo Gomes mencionou, que é a nº 790, de 10 de fevereiro de 2016, fala, no seu art. 1º, o seguinte: “Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei Complementar, normas gerais para o processo administrativo no âmbito da Administração Municipal Direta e da Administração Municipal Indireta e normas especiais para a constituição de dívida não tributária no Município de Porto Alegre”. Não fala do processo administrativo! Não fala do processo administrativo, é constituição de dívida não tributária. Ela, em nenhum momento, abarca a primeira iniciativa, só o recurso. Portanto, vocês vão ficar só no recurso. Por favor, vamos vir aqui e vamos ler por inteiro o artigo, não vamos ler pela metade, fica ruim, fica difícil.

Eu quero reiterar esta questão de que nós vamos estar votando e aprovando... Espero que não, espero que o veto seja mantido com os destaques, para preservar aquilo que esta Casa construiu com a categoria, que o Executivo não construiu com a categoria, e que esta Casa construiu com vocês, com a categoria. Então, votar “sim”, a favor dos destaques, porque, se nós não aprovarmos esses destaques nesta questão específica, nós vamos ficar sem o recurso administrativo. Vou ler de novo, para ficar bem clara a barbeiragem que o veto fez, não tem outra justificativa, porque tirou o art. 65, que fala que “o taxista contra o qual for instalado processo administrativo de cassação da permissão, ou de descadastramento da função de condutor de táxi poderá apresentar defesa no prazo de 30 dias, contado da notificação, mediante requerimento escrito a ser julgado pela gerência jurídica da EPTC”. Ou seja, o Executivo vetou esse

artigo, passa a não ser mais possível esse requerimento, que é uma das instâncias de defesa, Ver. Adeli Sell. Aí o Vereador traz aqui uma questão vinculada à dívida ativa do Município, que não tem nada a ver com o processo administrativo instaurado pela EPTC. Por favor! Vamos ler por completo as leis, para que a gente possa passar, ser fidedigno com o que está escrito, para vocês, taxistas, para os municipais, enfim, para a população de Porto Alegre. Por favor!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Nagelstein, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores; cumprimento também os representantes dos taxistas, especialmente as associações e o sindicato, que estiveram conversando conosco sobre essa pauta; falo, em especial, sobre a questão da cor, que representa nada mais do que um custo, até porque, em Porto Alegre, nós já temos táxis brancos, que são os táxis do aeroporto e que não trazem nenhum prejuízo para quem anda de táxi. Ao contrário, levam, trazem e chegam aos mesmos destinos que as pessoas necessitam para ir e vir. Eu sou um usuário do táxi. Esses dias, eu fui pegar um táxi, na esquina de casa tem um ponto de táxi, na Rua Vicente da Fontoura, ali na frente do Nacional, bem na esquina, e aí eu perguntei ao taxista como estava a situação. Ele me respondeu: “Olha, Vereador, eu estava há 40 minutos parado no ponto, e não entrava ninguém dentro do táxi”. Hoje a realidade do táxi mudou, a gente precisa compreender que qualquer custo representa um grande custo, não importa o tamanho do custo. Esses dias, eu peguei outro táxi e perguntei sobre a questão da gasolina, do gás, porque a maioria dos táxis usa gás. Já tem mais esse custo de ter que botar o gás. Quanto tempo leva para buscar o gás? “Olha, tem que andar 150 mil quilômetros.” Pessoal, todo e qualquer gesto que a gente puder fazer no sentido de reduzir o custo é um gesto importante. A categoria está o dia inteiro aqui nos acompanhando. Nós já fizemos outros enfrentamentos que eu até quero dizer para vocês que não eram tão relevantes, tão importantes na atual conjuntura de crise que enfrenta o País. Eu me lembro que a gente debateu aqui – não é, Ver. Mauro Zacher? – se podia usar bermuda, se não podia usar bermuda. Essa pauta está vencida, agora a questão é custo. Se todos os táxis do aeroporto são brancos, já existe uma categoria de táxis brancos em Porto Alegre. Qual o problema de nós mantermos todos os táxis brancos? As pessoas já estão até acostumadas com os táxis do aeroporto, ninguém vai se confundir: “Ah, não vi que era um táxi”. Não, todo mundo já conhece!

Acho que nós fizemos aqui alguns exageros da burocracia, acho até que nós temos que fazer uma mea-culpa aqui, Ver. Mauro Zacher, a nossa bancada, o próprio PMDB, o nosso Governo. Instituímos aquele GPS, que não funciona, mais um custo. Às

vezes, é preciso dar um passo para trás para dar dois para frente, ainda mais com esta nova realidade da concorrência com os aplicativos. Essa é uma realidade intransponível. Ninguém aqui vai tentar transpor o curso do rio que a água vai passar. A modernidade chegou. Se aquilo não vai trazer prejuízo nenhum para a coletividade, para o conjunto da Cidade, ao contrário, vai apenas fazer um novo regramento e trazer um benefício para uma determinada categoria, bom, vamos ajudar a categoria. Vamos reduzir esse custo. Contem conosco, o nosso encaminhamento é nesse sentido para esse destaque. A gente espera poder chegar a bom termo com essa nova legislação e, de certa forma, corrigir algumas imperfeições de quando a burocracia acabou vencendo no debate. Agora se restabelece a justiça, oferecendo, de certa forma, algumas situações que possam aliviar um pouco a angústia dessa concorrência que veio para ficar e que tem causado um prejuízo grande. Os sobreviventes do táxi precisam deste gesto do Legislativo, e nós estaremos fazendo esse gesto também no sentido desta concessão: cor branca para os táxis. Estaremos acompanhando esta nova mudança e esta nova realidade para nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votado em destaque o § 7º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando que seja votado em destaque o § 8º do art. 27 da Lei nº 11.582/14, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Valter Nagelstein, há poucos minutos, o Ver. Bins Ely fez uma formulação inteligente aqui sobre a questão dos gastos. Eu acho que, a cada pouco tempo, nós temos um gasto, pode parecer pequeno, mas o somatório é um negócio tremendo! Então, o pessoal começa a nos explicar sobre a questão dos dispositivos. O pessoal gastou uma banana para um aplicativo que não funciona, mas a EPTC teima, teima, teima, tem que ter aquele dispositivo, tem que pagar. Não pagou, vai se incomodar. Como se não bastasse isso, nós decidimos que não tem biométrico; logo em seguida, a EPTC chama o pessoal para discutir o biométrico. O valor é astronômico, não vem com esse papo que custa 400 ou 500 pilas; custa dois paus e meio, três paus. Três mil confirmados, devagar com o andar!

A questão das cores. Eu sempre disse para vocês que a gente se acostumou com o laranja, mas o aeroporto tem branco. A maioria aqui prefere o branco, pois tem menos custo, menos problemas, mais agilidade, compra e troca. Já decidimos pelo branco. E aí, agora, querem impor tempo! Mas, gente, nós acabamos de decidir uma

questão de economia, de economia! Se o licenciamento é por “x” tempo, faltam dois anos para concluir o período de renovação do seu automóvel. Então, você vai ter que repintar o seu automóvel agora para ser de outra cor? Não, não pode ser assim! Os carros novos já vão entrar com a cor que nós definimos. Hoje é o laranjinha. Terminou, você vai ter que comprar outro carro, você vai ter o seu carro novo, bonito, na pintura que foi decidida, no caso, branca. Não vamos incomodar, vamos parar de massacrar o povo, vamos facilitar a vida das pessoas. Vamos facilitar a vida das pessoas! As pessoas têm dito: “Gente, mas vocês estão passando uma manhã, uma tarde discutindo isso”. Bom, não fomos nós que escolhemos essa tortura. Nós fomos colocados sob tortura para discutir, quase ao infinito, essas questões, porque, quando nós queríamos discutir nas comissões, nos impediram de fazê-lo. Agora nós estamos aqui para discutir, e nós vamos discutir o que é melhor para o povo. Nós vamos avisar como será a lei geral dos táxis com a derrubada dos vetos, vamos distribuir um material para todos os 10 mil motoristas, os 3.900 e não sei quantos carros que nós temos; vamos para as paradas, Thiago, conversar com os taxistas; vamos falar com a população. Nós temos que falar com o povo, para explicar os problemas que os taxistas estão enfrentando. O povo acha que é moleza. Moleza nada, porque a vida está dura, está dura para o servidor público, que tem assédio moral de manhã, de tarde, de noite e de madrugada, especialmente os professores, que estão sendo massacrados em algumas escolas de periferia, porque, do Município, a maioria é na periferia. Por isso é que nós estamos aqui, passa hora e entra outra hora, e nós vamos discutir e aprovar o que for melhor para a Cidade e para os taxistas. Em defesa do serviço de táxi de qualidade, nós defendemos a autorização, nós defendemos tirar todos os penduricalhos que prejudicam os taxistas, nós estamos defendendo tirar todos os gastos desnecessários. Nós queremos liberdade para o trabalho, e vida para a família taxista! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando que seja votado em destaque o § 8º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 16 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**, com o voto de desempate do Presidente.

Justifico o meu voto: esta emenda já estava contemplada na votação anterior, ela apenas trata da padronização da cor. Como já havia padronização da cor no destaque anterior, essa emenda era completamente despendicienda, desnecessária, essa é a interpretação do Presidente. Portanto, eu votei “não”, exatamente porque não encontrei razões nem méritos.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação do Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O senhor, por favor, encaminhe por escrito o pedido de renovação de votação.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. para que lesse antes o Requerimento a ser votado, porque tem barulho, a gente está se perdendo e acaba votando sem saber exatamente o que está votando.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Pois não, Ver. Mendes Ribeiro, obrigado.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando que seja votado em destaque o § 3º do art. 31 da Lei nº 11.582/14, constante no art. 12 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde; eu queria dizer que nós fizemos um destaque ao § 3º do art. 31, porque achamos que, quando aprovamos o projeto de lei, o inciso III dava um prazo para, assim que vencer o tempo de vida útil do táxi, que é de oito anos, pudesse ser feita a renovação, ou a compra de outro carro. No projeto original, ele tem seis anos, nós alteramos para oito anos e ainda damos um prazo de 120 dias para que o motorista-taxista mude o carro. O Governo vetou. Nós achamos que tem que ter esse prazo. É uma coisa muito óbvia e simples. Até então, no projeto original, constava que eram seis anos, nós alteramos para oito anos, dando um prazo de 120 dias. O Governo vetou os 120 dias, e nós precisamos derrubar o veto, uma coisa muito óbvia e simples.

Eu queria dizer a todos os que estão nos acompanhando no plenário e pela TVCâmara que nós estamos nesse impasse, votando hoje o veto dos taxistas e outros projetos que tratam do funcionalismo e do IPTU, porque houve um tratamento diferenciado do Prefeito Municipal nesses últimos meses, quando ele adotou algumas posições radicais. Ele proibiu os servidores de fazerem greve, entrou na Justiça com uma ADIn, buscando alguns direitos que eram dos servidores, e que ele acha que não deve ter na contratação de novos servidores; e mais do que isso, ontem, na reunião de Líderes, o Líder do Governo apresentou uma nova Ordem do Dia e conseguiu aprovar, por doze contra cinco. Mas, conforme ação ganha na Justiça, hoje se restabeleceu a ordem anterior.

Portanto, o veto tem prioridade. Estamos, queiram ou não, com este dia tão ocupado, para podermos apreciar os 14 vetos e as 14 emendas. Portanto, a culpa é do próprio Executivo, na medida em que ele veta algo que já tinha sido votado nesta Casa. É claro que é uma atribuição dele vetar o que não achar o ideal, mas pode-se verificar que a maioria dos taxistas que estão aqui está indignada com o veto do Prefeito Municipal. Por isso, precisamos nos debruçar em cada item, em cada matéria, em cada

veto, para tentar devolver aos taxistas aquilo que, nas suas vidas, torna melhor a profissão. Pedimos a derrubada do veto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu, no começo da tarde, já tinha lido, quando chegou na Câmara. Mas, como os vetos ao projeto dos taxistas entraram na madrugada, fruto de uma decisão judicial, tínhamos que ter votado na segunda-feira, pelo menos, conforme a previsão de ontem da reunião de Líderes, eu fui dar uma olhada novamente nas razões do veto. Percebemos que, nas razões do veto, fala-se muito na questão da cor e fala-se muito pouco dos outros temas que foram vetados. É quase que subestimar a inteligência de quem quer olhar quais são, efetivamente, as razões do veto, ou seja, por que o Prefeito vetou tantos artigos da lei que foi aprovada aqui.

Sabemos que a cor é o que o Prefeito, como eu falei antes, tentou capitalizar nesse sentimento mais, digamos assim, de saudosismo, de dizer que, em Porto Alegre, os táxis são identificados por uma cor, que, em Buenos Aires, é outra cor; que, em Nova Iorque, é outra cor, algumas cidades têm essa identificação dos táxis. Nós, quando votamos e aprovamos a cor branca, foi justamente porque a atmosfera daquela votação era uma atmosfera de reequilíbrio daquilo que a entrada dos aplicativos tinha feito na Cidade. A entrada massiva, o uso massivo do transporte por aplicativos havia desequilibrado o serviço do táxi. É nesse contexto que foram aprovadas inúmeras mudanças na lei – cujos vetos estamos aqui debatendo –, justamente para dar maior equilíbrio entre o serviço de táxi e o serviço dos aplicativos. No serviço dos aplicativos, a atmosfera era outra. Em linhas gerais, a atmosfera era de garantir segurança aos motoristas, por isso algumas medidas que foram aprovadas no plenário tratam da questão da identificação do passageiro e de outros temas que tratavam da insegurança que os motoristas de táxi sofrem. Nos últimos dois anos, nós temos assaltos frequentes a motoristas – com os táxis sempre houve, não é uma novidade –, mas, com aplicativos, nós tivemos praticamente uma morte por mês no último um ano e meio. Foi nesse contexto que votamos uma série de medidas, aprovamos uma série de medidas que visavam à segurança.

Aqui estamos visando ao equilíbrio do serviço de táxi com o serviço dos aplicativos. E aqui é mais um tema. O Ver. Oliboni, autor do destaque, traz a questão de que o Prefeito veta o prazo de 120 dias para poder renovar. Eu acho que não encontrei justificativa plausível, ou nem fala sobre isso nas razões do veto, acho que esse seria um motivo, por si só, para derrubarmos esse veto. É uma medida, Ver. Oliboni, que traz maior facilidade para os taxistas, é uma medida que não complica em nada, ou seja, não tem nenhum ônus para o Executivo se for 120 dias a mais ou a menos. Quer dizer que

em nada prejudica, muito antes pelo contrário, como se diz, facilita a vida dos taxistas, então, não vejo motivo. Parece que o Prefeito vetou gratuitamente numa linha de ir para cima dos taxistas.

Como eu falei antes, me chocou, naquele dia de vacinação, quando o Prefeito fez campanha para um aplicativo, dizendo que não haveria passe livre, mas recomendava às pessoas – não vou falar o nome do aplicativo – um aplicativo especificamente, como se fosse um garoto-propaganda de uma das empresas. Vamos derrubar esse veto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Sgarbossa. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Pelo jeito, o Prefeito tem pressa, não aceita 120 dias. Findo o prazo do tempo de validade do carro, não aceita o tempo para as providências necessárias para a sua substituição.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vida útil. É, validade, vida útil. Eu quero dizer que a pressa do Prefeito, a imposição do Prefeito, ela tem consequências...

(Manifestação das galerias.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Cabify ou Uber? Porque ele adora a Uber! Hoje? Como é que ele vai melhorar o táxi? Experimente andar de táxi. Hoje a notícia dos jornais da manhã era que mais um motorista de aplicativos tinha sido assassinado. Eu acho que foi em Alvorada. Mais um motorista de aplicativos assassinado em Alvorada, e o Prefeito vetou aquelas medidas protetivas, que atenuam isso. Vetou, porque elas trazem obrigações não para o Prefeito, nenhum gasto a mais para a Prefeitura, para o público; mas obrigações para a Uber, que é a única que ainda não fornece o destino, que é a única que ainda não exige um documento. Então, o Prefeito está interessado no cidadão, nos motoristas de táxi, nos cidadãos trabalhadores e trabalhadoras, ou no favorecimento de empresários, ou no favorecimento de quem especula, explora o trabalho de quem vive do trabalho? São 10, 12, 16 horas por dia, buscando um resultado do seu do seu trabalho para a sobrevivência da sua família. É obvio que nós temos de derrubar esse veto que tira o prazo. Tenho certeza de que esta Casa vai derrubar esse veto – tem de derrubá-lo. Por isso nós destacamos e queremos que o votem destacado.

Eu tenho uma notícia que chegou agora para mim: “Suspensão das atividades da Cinemateca Capitólio Petrobras. A Cinemateca Capitólio Petrobras comunica que todas as atividades do espaço estão temporariamente suspensas em função da violência com que funcionários da Prefeitura de Porto Alegre foram tratados ontem, no dia 11 de julho de 2018, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, episódio que culminou com a prisão, de forma covarde e arbitrária, de uma de nossas integrantes de nossa equipe, Elisabete Tomasi, profissional de reconhecida competência junto à comunidade cultural ...”

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereadora, eu vou chamar a atenção da senhora, pois estamos tratando do destaque. Por favor, se atenha à matéria regimental. A senhora tem tempo de liderança do Partido dos Trabalhadores para tratar dessa questão, e pode, inclusive, falar da Petrobras nesse tempo. Agora, a senhora se atenha ao tema que nós estamos tratando.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Pedimos a compreensão, não tivemos tempo de Liderança. O Ver. Valter só interrompe as mulheres. Pediram a compreensão da sociedade, porque estão encerrando as atividades culturais em repúdio à violência. Pois esse aligeiramento, que é a marca do Prefeito Marchezan, porque ele não quer diálogo com a Cidade, está sendo imposto via violência nesta Casa. Nós vamos derrubar este veto. A Pinacoteca fechou as atividades. A Cinemateca Capitólio fechou as atividades em repúdio à violência contra os funcionários municipais, e quero prestar aqui a minha homenagem. Que bom que a sociedade começa a se espantar com a o uso da força contra quem quer ser ouvido nesta Câmara Municipal. E vocês vão ser ouvidos, taxistas, nós vamos derrubar este veto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Mais uma vez, senhoras e senhores, o tema que estamos tratando é o destaque. Nós não estamos tratando da Pinacoteca Capitólio Petrobras...

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Cinemateca.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Cinemateca. Nós estamos tratando do destaque, e os Srs. Vereadores conhecem o Regimento. Eu não preciso lembrar do Regimento aos senhores. Por favor, vamos nos ater ao tema do Regimento.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando que seja votado em destaque o § 3º do art. 31 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 12 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 15 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando que seja votado em destaque o § 3º do art. 34 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 12 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, vou ser muito rápido. Essa questão do veto deste artigo está diretamente relacionado com a autorização ou permissão, ele vetou a autorização. E nós vamos derrubar esse veto aqui. Então, ele vetou a TGO – Taxa de Gerenciamento Operacional, que equivale hoje a oito bandeiradas. E ele vetou esse artigo da TGO apenas porque está diretamente ligado à autorização.

Então, peço aqui aos nossos nobres Vereadores e Vereadoras que possamos destacar para fazer uma melhor discussão desse artigo, porque é interessante que a gente possa ir ao encontro do que deseja a categoria em relação a essa questão da permissão e da autorização. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz.

VER. ADELI SELL (PT): Eu creio, Ver.^a Mônica, que eu poderia dizer à família taxista que, na semana que vem, algumas luzes vão estar em seus horizontes se nós soubermos ter a paciência necessária para discutir ponto a ponto e delimitar aqui o que a Cidade precisa e o que os taxistas almejam. O Ver. Bosco bem nos posicionou que isso está vinculado clara e objetivamente à questão da autorização. Por isso nós queremos que os Vereadores que querem acompanhar a visão majoritária dos taxistas pela autorização como um novo processo de relação entre o Poder Público e os motoristas de táxi devem consequentemente votar também “sim” nesse nosso destaque, para que a gente possa trabalhar essa questão da autorização, um novo patamar, uma nova vida para os taxistas, um novo momento para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando que seja votado em destaque o § 3º do art. 34 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 17 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votado em destaque o § 21 do art. 58 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 24 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Claro que todas as outras emendas dos colegas têm contribuições importantes, mas essa nossa emenda eu julgo vital para o projeto. Essa emenda foi colhida das duas audiências públicas que nós tivemos aqui com os taxistas. (Lê.): "Os taxistas poderão usar as faixas exclusivas de ônibus em caso de emergência em qualquer horário". Essa dialoga com uma outra necessidade que é a necessidade de urgência de saúde, de urgência médica e que, enfim, acabam tendo que dar a possibilidade de o taxista puder utilizar essa faixa exclusiva. Portanto, somos contrários ao veto a essa emenda, e estamos aqui na nossa posição de manutenção da possibilidade dos taxistas em situações excepcionais, em situações de urgência e emergência, como situações médicas, como a que mencionei aqui anteriormente, situações de parto, situações de risco de morte poderem utilizar a faixa exclusiva do transporte coletivo. Acho que isso é importante que fique registrado em lei, para que nós não tenhamos nenhuma interpretação absurda de algum ente que acabe querendo prejudicar qualquer um dos condutores.

Portanto, a nossa solicitação para manutenção do texto original com veto, com derrubada do veto no que tange essa questão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. No projeto, o art. 58, § 21 – na lei original é só até o § 20, o § 21 foi o que nós criamos – cria a faixa exclusiva para que os taxistas possam, na verdade, instituir um socorro, até porque em São Paulo já acontece isso, e a própria lei federal determina que os Estados e Municípios tenham uma legislação própria. Nós achamos de extrema importância aqui, na medida em que ocorre um acidente, ou até mesmo a SAMU não consegue chegar ao local, ou demora a chegar ao local, e se tem ali, próximo, um ponto de táxi para fazer a ocorrência... Não estou dizendo que a pessoa que foi acidentada, que tem uma orientação para não mexer, enfim, com acidentado, o cidadão vá lá e remova esse acidentado num táxi. Não, nesse caso, o taxista está autorizado a usar a faixa exclusiva numa emergência, a emergência mais variada possível. As situações mais variadas possíveis na Cidade, como acontece com o socorro feito nas vias específicas lá em São Paulo. Pelo que nós apresentamos aqui, é simplesmente autorizar, em caso de emergência, as faixas exclusivas, que os senhores já conhecem, em toda a nossa Cidade – muitas delas, inclusive, são corredores de ônibus em Porto Alegre. Então, para

facilitar o socorro, para poder ajudar a salvar uma vida, em muitos casos, está sendo autorizado que o taxista possa utilizar a faixa exclusiva. É isso que nós queremos, derrubar o veto, facilitando, assim, o transporte feito pelo motorista de táxi. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Não acredito que o Prefeito vetou isso, Ver. Oliboni; achei, também, como o Ver. Thiago, que era outro dispositivo. Ver. Thiago, quantas pessoas falecem, morrem por falta de atendimento rápido em acidentes, em situações de complicação física, por alguma doença, e que há necessidade de emergência e de rápido deslocamento? Com esse trânsito que Porto Alegre está, muitas vezes a SAMU não tem como chegar, e o taxista está perto, o taxista está em algum ponto por aí. Quantas vidas vocês já não salvaram na vida de vocês? Quantas histórias vocês devem ter para contar sobre situações de extrema urgência, de urgência, situações limites de salvamento da vida das pessoas. Nós estamos com o trânsito muito conflituado, nós estamos com muitos alagamentos, porque a Cidade está congestionada, está sem saneamento, está com o DEP extinto – o DEP está extinto –, e, muitas vezes, só a pista exclusiva do ônibus fica transitável, porque ela é mais nova, porque ela é mais alta, porque ela está no centro da rua, porque na beira da rua é a combinação de buraco e de alagamento, e, em situações de emergência, a pista exclusiva tem que ser usada para isso; a SAMU já faz isso, as ambulâncias já fazem isso, já estão autorizadas, e os taxistas tem que poder fazer.

O Prefeito da nossa Cidade precisava viver mais a vida cotidiana, baixar mais na terra, baixar mais no dia a dia para ver o horror que está transitar nessa Cidade, com buraco em cima de buraco, com a detonação que está fazendo com os automóveis... Eu fico pensando em quem vive do rendimento do seu carro, o quanto significa reparos em rodas, em correções, em pneus furados, com a carroceria degradingolada por estar passando o tempo inteiro em buracos e rebaixamentos, com vias em péssimas condições de manutenção. Pois, sem responsabilidade nenhuma, sem preocupação nenhuma com isso, sem preocupação com a vida das pessoas – inclusive eu não pude comentar o outro veto, o veto de poder baixar, de poder levar as pessoas em qualquer ponto, pessoas com deficiência, pessoas com pouca mobilidade, pessoas idosas –, ele vetar isso é não conhecer a dificuldade da violência e a dificuldade de transitar nas nossas ruas e nas nossas calçadas, Vereadores. Larguem um cadeirante para fazer um trecho de uma quadra numa calçada para ver que condições ele tem de andar na cidade de Porto Alegre, pela situação de conservação e pela situação de intercorrências em cima da calçada, pela absoluta falta de intervenção do Estado, da ação da Prefeitura no uso das calçadas. Vocês vão ver onde se encontram os contêineres de lixo: no meio da rua, em cima das calçadas, quantidade de lixo derrubado, abandonado, lixo seco que não é

recolhido. Imaginem um taxista que, com o maior dos esforços, com o maior cuidado tentando colocar numa melhor situação o seu cliente, pode ser multado. E também nessa situação de tentar salvar a vida do seu cliente poderá ser multado por velocidade, por não conseguir andar, por ter que achar uma alternativa se não for autorizado a andar nas pistas exclusivas.

Então, o Prefeito Marchezan vetou, e eu espero que nós destaquemos para derrubar o veto, Ver. Tarciso, que está usando bengala muitas vezes e sabe o que isso significa, que fala na defesa da vida e sabe o que significa poder ter um táxi para levar a um pronto-socorro onde o servidor municipal devia estar estimulado, devia ter condições de trabalho, e não em greve, como teve que deliberar hoje! Em greve, por causa dos ataques do Prefeito Marchezan. A combinação desse trabalho dos servidores com o dos taxistas salva muitas vidas, Prefeito, preste atenção. Vamos derrubar o veto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votado em destaque o § 21 do art. 58 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 24 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista, solicitando que seja votado em destaque o § 1º do art. 65 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 25 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.)

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Adeli Sell. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Então, nós chegamos ao famigerado artigo, não é? Nós chegamos à defesa, no primeiro processo administrativo, que é daquele art. 65, que foi, de forma indevida, vetado totalmente. Com a supressão desse artigo, nós passamos a não ter mais defesa inicial ao processo administrativo de cassação à permissão dos taxistas. Nós passamos a não ter mais isso, e não adianta vir falar que outros artigos de outras leis suprem essa falta, porque não suprem. Inclusive, se a gente utilizar a Lei nº 790, nós vamos observar uma contradição, por isso que ela se refere, especificamente, à dívida ativa, porque lá na Lei nº 790 fala que o recurso é de 30 dias. E aqui na Lei Geral dos Táxis, no seu artigo que não foi vetado, dá a decisão pela precedência do processo, aí o segundo recurso, caberá recurso escrito, com o efeito

suspensivo, a ser protocolado junto à EPTC no prazo de 15 dias. Então, qual é o prazo, é 15 ou é 30? Então, por isso, é que se precisa de uma lei específica, porque senão nós vamos ficar num vácuo jurídico. Por isso que eu peço a V. Exas. que nós possamos corrigir esse erro – esse erro – no veto, porque isso vai significar a inconstitucionalidade total do projeto, projeto que não tem possibilidade do contraditório, que não tem ampla defesa, é um projeto claramente, sabidamente, inconstitucional. Portanto, nós precisamos aprovar o destaque desse artigo, que foi grosseiramente, erroneamente, vetado. Isso faz parte da avaliação açodada dos projetos, porque nós estamos vendo isso nos 16 projetos que vieram do Executivo. Portanto, nós precisamos aprovar esse destaque e depois mantê-lo derrubando o veto no que se refere a esse artigo. Muito obrigado. Quero agradecer, nesse tempo que me resta, muito ao Ver. Paulinho Motorista e Ver. Airto Ferronato, que nos cederam a sapiência nesse assunto e a sua brilhante assessoria nesse sentido.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, não fomos nós que criamos este e tantos outros problemas nos projetos de lei que o Executivo tem enviado à Câmara Municipal. Quem cria confusão aguenta, porque nós vamos à busca de solução. O Ver. Dr. Thiago já mostrou clara e inequivocamente aqui que, se nós deixarmos passar batido essa questão, nós vamos ter problemas de ordem administrativa gravíssimos. Tem mais, projeto dessa natureza, ele, como médico e advogado, já explicou; onde tem um vício, tudo que decorre dessa questão pode ter nulidade e, portanto nós vamos ter uma lei completamente inócua, uma lei que não pode ser colocada em vigor, porque não tem o devido processo legal, a condição do contraditório, o tempo exato para fazer a defesa administrativa. É o mínimo que se esperava: que os vetos fossem corrigidos, olhados atentamente. Mas não, se decide uma coisa, se põe na cabeça isso, não importa o caminho – tem que ser como o Prefeito quer. Nós vamos mostrar que aqui tem um Parlamento vigilante, tem Vereadores atentos que não se dobram e que não entram na conversa fiada só porque fulano falou ou coisa do tipo. Nós vamos manter a nossa posição, nós queremos que tenhamos a melhor legislação dos táxis. Por isso, vamos fazer a derrubada desse veto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidenta Mônica, não tem base legal nenhuma para esse veto do Prefeito. Rito sumário, não tem como as pessoas se defenderem, isso não é possível. Nós, aqui, estamos fazendo um apelo para a Câmara Municipal de Porto Alegre: nós queremos que se retome a democracia nesta Cidade, nesta questão e em tantas outras. Os taxistas sabem o que significa a impotência diante de uma mudança radical que atinge as suas vidas. Viram, se revoltaram, nós tivemos violência nas ruas, atritos, porque, quando não há uma mediação, uma escuta, um respeito pelo controverso, pelo diferente, pelas diferentes visões de pontos de vista, o que vai acontecer é o conflito solucionando, é a força bruta, é a briga. E o Prefeito veta aí o prazo para o motorista de táxi se defender. Ver. Airto Ferronato, não é possível... Nós, na Câmara Municipal, estamos muito preocupados com esse destino da Cidade, mas principalmente preocupados porque aqui, nesta diversidade parlamentar, Ver.^a Fernanda – por isto estamos insistindo em dialogar –, nesta diversidade pluripartidária, que não se proteja o direito de defesa. No Brasil acabaram com a presunção de inocência, os senhores sabem disso. Agora tu vais preso porque há uma convicção, depois tu ficas lá te explicando. E fica preso, e fica preso, e fica preso, até quando decidirem que tu já confessaste, que já te enrolaste ou que já cumpriste uma parte da pena ou até quando decidirem que é inocente.

A presunção de inocência é da Constituição. Os taxistas têm presunção de inocência; se acusados, têm que ter tempo e direito de se defenderem, e quem acusa tem que apresentar prova. Tem que apresentar prova! Não é assim: “Eu acuso, e agora azar é teu, tu vais te explicando”. Não é verdade, Nádia? Assim como o *habeas corpus*, assim como a censura, muitos dispositivos que estão se colocando de volta, como a imposição aqui pelas Forças Armadas contra cidadãos e cidadãs desarmados, imposição de uma rotina sobre a decisão da vida das pessoas. Nós aqui vamos derrubar este veto.

E eu quero que os taxistas entendam: neste momento está acontecendo um ato político fora daqui, alguns Vereadores estão fora, e nós precisamos de 19 votos para derrubar veto. Sem esses Vereadores que estão fora... E nós estamos votando em um dia que não se vota – hoje é quinta-feira, hoje está sendo chamada uma Sessão Extraordinária, era para votar ontem, e aí os Vereadores agendaram, muitos de nós já estouraram, eu simplesmente cancelei uma atividade que tinha, mas algumas não dependem dos Vereadores. Estamos com Vereadores fora e, quando tentamos tirar o quórum não é para prejudicar, é porque agora nós não temos 19 votos para derrubar veto do Sr. Prefeito. Quero deixar claro para os taxistas que, no momento, parece que a gente está enrolando, mas a gente tem um objetivo. A gente não vem aqui brincar, a gente não está brincando no Parlamento, a gente não está brincando! Não estamos. Às vezes, a única alternativa que a gente tem é o tempo. Neste momento não temos 19 votos para derrubar um veto tão importante como esse. Claro que o mais importante é o da autorização, é o primeiro. Nós temos foco, nós sabemos o mais importante, porque esse direito de defesa nós vamos ter que recuperar. A Justiça tem que proteger o cidadão. Não é possível, as leis não estão acima da Constituição. Então venho aqui dizer a esta Câmara que mantenha a legislação pela legislação federal e pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre ao darem os seus votos. Se o Prefeito despreza isso tudo e

despreza a vida real, esta Casa não despreza. “Sim” ao destaque para depois derrubar o veto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu vou encaminhar o voto do partido pela manutenção do veto por uma questão muito simples. Nós já temos uma lei de procedimentos administrativos que custou muito ao Município de Porto Alegre, muito trabalho. Trabalho do nosso saudoso amigo Plínio que faleceu na última campanha eleitoral, trabalho da nossa querida Rosi, taquígrafa, que estava à disposição da Prefeitura, servidora desta Casa, competentíssima. Trabalho também empenhadíssimo da Procuradora do Município, Maren Guimarães Taborda, e eu tive o privilégio de coordenar essa equipe de trabalho que fez essa lei. Então por uma questão de coerência e por dois motivos eu estou sendo coerente, porque eu e o Ver. Camozzato estamos juntos pela desburocratização e pela “deslegislação”, ou seja, para a revisão legislativa deste Município. Nós temos, graças à nossa tradição ibérica, uma verdadeira obsessão, uma tara para que se façam leis, uma fome legislativa gigantesca. Quanto mais lei, menos liberdade, inclusive para os taxistas. Quanto mais lei, menos liberdade para os indivíduos. Então nós já temos uma lei que garante o contraditório, a legítima defesa, e os prazos são inclusive mais largos, mais amplos, com maior possibilidade de juntar provas e que as pessoas se defendam no processo administrativo que não existia em Porto Alegre e agora tem! Então, para desburocratizar, para facilitar a vida das pessoas e para diminuir essa sanha legislativa que o Estado Brasileiro tem, eu vou encaminhar pela manutenção do Veto. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista, solicitando que seja votado em destaque o § 1º do art. 65 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 25 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM** e 14 **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que seja votado em destaque o art. 27 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Nós estamos votando o destaque do art. 27. Nós votamos agora, Ver. Adeli, o último destaque do § 1º do art. 61 com uma diferença de votos. Mas eu queria alertar, sobretudo os taxistas que nos acompanham atentamente, depois de toda a luta para entrar na Câmara de Vereadores...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): (Respondendo às galerias.) Eu sei. Mas precisamos seguir essa luta, porque para derrubar os vetos do Governo nós precisamos de 19 votos. E para isso é necessário que haja uma mobilização sobre o conjunto da Câmara. Boa parte dessas emendas que nós estamos votando, se não me engano, são do art. 27, que também foi objeto de emenda na lei, que foi votado por ampla maioria da Câmara de Vereadores. Algumas, como, por exemplo, a da cor, que nós inclusive já tratamos – o destaque, não a emenda – nós do PSOL, eu o Ver. Roberto e o Ver. Alex, votamos para que o taxista pudesse escolher. Mas foi escolhido um modelo e foi feito um investimento. E o Governo vai tratando, à revelia daquilo que foi discutido com a Câmara de Vereadores, de fazer vetos que atacam aquilo que foi construído durante a votação. No caso da Lei Geral do Táxi, uma votação que também durou horas, as mudanças na Lei Geral do Táxi, como reflexo de uma situação que combina com uma crise econômica brutal, uma política de preços da gasolina que é, de fato, exorbitante e massacrante do ponto de vista dos trabalhadores, que faz com que a lógica seja remunerar os acionistas da Petrobras. Isso faz com que o preço seja oscilante e que nós já estejamos vendo a gasolina perto dos R\$ 5,00, com um impacto enorme para quem trabalha com gasolina. Mais do que isso, um impacto enorme em toda a cadeia, pois como a lógica do Brasil é do transporte rodoviário, impacta no valor das mercadorias que chegam para a população, impacta no gás de cozinha. Isso é um massacre, no sentido de passar a crise para as costas dos trabalhadores. Para alguns acionistas privados, essa política é muito lucrativa, e o povo brasileiro tem pago, isso combinado com a entrada dos aplicativos, que é evidente que trouxe, sim, seja pelos mecanismos das tarifas, dos custos para quem é taxista, seja por uma lógica de flexibilização, como aconteceu lá na entrada, uma diminuição do número de passageiros. E o conjunto de melhorias que se fez, a partir de emendas, foi no sentido de ouvir uma categoria que está cansada de pagar a conta de uma crise econômica que não foi feita pelos trabalhadores, nem pelos taxistas, nem pelos servidores públicos, nem pelos professores, nem pelos pedreiros. Mas quem paga, na lógica dos burgueses e dos governos que governam para os ricos, que é o caso do Marchezan, são os trabalhadores. Infelizmente, tem sido essa lógica no Brasil, e essa lógica é aplicada no município de Porto Alegre. O problema é que a gente consegue inverter a lógica, quando tem condições de auto-organização para enfrentar a política de Governo, de mostrar a força dos trabalhadores. E é preciso que isso aconteça. A votação e toda a mudança do regime de tramitação atacaram os municipais da cidade de Porto Alegre, é óbvio, porque vota às 11h da manhã para mudar a pauta da tarde da Câmara, para que

a categoria não tivesse condições de se organizar e fazer greve. É evidente que é um ataque, mas também o dos taxistas, que era para se ter começado a discutir na quarta-feira, e eles estavam mobilizados para vir para a Câmara de Vereadores, e aí, no vai, não vai, entra motorista de táxi ou entra CC do Governo, foi toda uma polêmica. E os portões da Câmara seguem fechados.

Então, eu acho que a tática de tentar desmobilizar, lamentavelmente, tem sido a lógica do Marchezan. E eu queria fazer este alerta: nós estamos votando o destaque, e, na hora da votação das emendas, o que vale são os 19 votos para derrubar os vetos do Governo Marchezan, por isso é fundamental seguir organizado, seguir mobilizado, e, sobretudo, seguir cobrando a coerência dos Vereadores que votaram a emenda lá atrás e têm que manter a sua coerência aqui com vocês, os taxistas de Porto Alegre. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Mônica. São 18h agora, e eu tinha informado, cerca de duas horas atrás, que não fazia sentido ficarmos postergando esta Sessão, segurando todos os taxistas aqui num projeto que nos interessa, especialmente pelo risco que se tinha de perder os votos para derrubar os vetos que tanto interessavam a eles e que eu também tenho interesse em derrubar. Agora, depois desta fala da Ver.^a Fernanda, isto fica claro: a oposição usou dos taxistas e do projeto dos táxis durante todo este tempo para postergar o projeto dos servidores, e agora pede a paciência dos taxistas, que perderam toda a sua tarde aqui; a imprensa perdeu toda a sua tarde aqui, todos nós perdemos nossa tarde aqui para discutir requerimentos de destaque para virem dizer: “Olha, não temos mais os votos necessários.” É piada. (Palmas.) Quando eu falei, duas horas atrás, que deveríamos ir para uma solução mediadora e ponderada, em que a gente conseguisse construir um bloco de votação de requerimentos para que se votasse logo os destaques e os vetos, era no intuito de conseguir os votos para derrubar – duas horas atrás. Agora, às seis da tarde, provavelmente porque alguns devem ter compromissos hoje à noite, não há mais esse interesse. Agora se tenta derrubar quórum, como foi pedido aqui pela oposição, tentativa de tirar quórum da Sessão e postergar, e assim ficam os taxistas mais um dia sem trabalhar, a imprensa mais um dia tendo que vir aqui e todos os Vereadores gastando dinheiro do contribuinte, luz, tudo o mais, que, aliás, senhores, falta para pagar servidores também.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): A Prefeitura de Porto Alegre não tem dinheiro, e nós aqui estamos fazendo mau uso do dinheiro público também ao fazer esta postergação. Podem me xingar do que vocês quiserem, como já fizeram lá nas ruas, mas essa é a verdade, o que interessa aos taxistas é ter os seu projeto e seus votos apreciados, independentemente, do que interessa aos servidores, são votações independentes. Agora, não faz o menor sentido, é uma falta de respeito tentar usá-los como massa de manobra para os interesses corporativos do sindicato, porque é isso que foi feito aqui nesta tarde. Isso é uma vergonha, foram dias e dias de votação do projeto dos táxis nesta Casa, para que a gente pudesse desregulamentar, dar mais liberdade para os táxis, como demos para os aplicativos. Para agora a oposição vir aqui e dizer que não temos mais os votos para derrubar o veto? Isso é uma vergonha. Então, às 18h03min, eu conclamo que se faça um bloco para terminar esses requerimentos, para votar todos os destaques, derrubar esses vetos enquanto temos os votos, e aí decida-se depois como ficam os projetos dos servidores. Porque, pelo menos, os taxistas não vão perder mais um dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Se dependesse do NOVO, que votou por deixar o veto dos taxistas sabe Deus para quando, porque votou noutra priorização... Nós só estamos enfrentando por causa da Justiça, Camozzato, não por causa do teu voto. Teu voto foi contra os taxistas, porque teu voto, primeiro e sempre, é para diminuir os direitos dos servidores. Não tenta dourar a pílula, não tenta dourar. Tu votaste contra na reunião de Líderes. Por que não respeitaste os taxistas na reunião de Líderes? Por que não? Usou a liderança. Nós tivemos que ir à Justiça para o veto ser avaliado, Mauro Zacher, não foi? Voto do Camozzato para que o veto fique para as calendas. Imagina, para depois do IPTU, para agosto, sabe lá para quando. E não vi o Camozzato fazer nenhum esforço aqui para juntar os 19 votos; aliás, quando ele desceu da tribuna, eu quis falar com ele sobre isso, porque está claro aqui para nós: se o Prefeito parar de atacar os servidores, nós conversaremos, inclusive faremos algum acordo aqui acordo para facilitar, para aligeirar. Mas para acabar com a vida dos servidores, com as carreiras, não contem conosco! Não contem conosco! Não contem! (Palmas.) Para quem não vive a política pública é fácil vir aqui discursar sobre estado mínimo, lei do mercado, lei da competição —é bem fácil! Vai ao mercado buscar escola se o estado não fornecer; vai ao mercado buscar saúde se o estado não fornecer; vai ao mercado buscar moradia se alguém não providenciar moradia para quem é empobrecido, quem vive nas favelas.

Taxistas, nos desculpem por vocês estarem no meio, no epicentro de um autoritarismo que o Marchezan impõe a esta Câmara! Quem está a favor dos taxistas,

vote a favor dos taxistas em qualquer hipótese, e não venha chantagear. Seja verdadeiro, vote, em qualquer hipótese, às 2h, 3h, 1h da manhã. O nosso voto vocês vão ter. Não adianta criar responsáveis para a sua insegurança ou para a sua falta de compromisso. Eu gostaria que esta Câmara estivesse brigando com o Prefeito Marchezan e não brigando aqui dentro, porque é com ele que tem que brigar, porque o funcionalismo não estaria em greve se tivesse uma mesa de negociações. Cadê a mesa de negociações? Cadê a data-base? Cadê o diálogo com o funcionalismo? Camozzato, a tua empresa não dialoga com os servidores ou a empresa que tu representas? Sei que tu não tens empresa. Falas muito aqui do empreendedorismo, sei que tens uma Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Qualquer empresário trata bem seu trabalhador, bem! Aqui em Porto Alegre o Prefeito se dá o direito de assediar, de humilhar, em nome de quem? Em nome dos cidadãos de Porto Alegre? Não! Não, Ver. Mauro, porque a cidadania de Porto Alegre não autoriza o Prefeito a tratar mal seus servidores, e eles são servidores dos cidadãos e das cidadãs, e não do Prefeito. É em nome da cidadania, é em nome do João e da Maria, é em nome das populações que estão indo à escola, Ver. Paulo Brum, que o Prefeito lida com os funcionários; não é não seu nome, não é na sua autonomia total. Não! Ele só está representando a cidadania, que são funcionários públicos, não são funcionários, CCs e nem trabalhadores de fábrica do Marchezan. Não são! São funcionários públicos. A nós é que eles devem, a nós todos. E o Prefeito deve explicação para nós, para a cidadania sobre como ele trata os servidores. O Prefeito deve explicações! Ele deve mediação, ele deve mostrar a capacidade de fazer o serviço funcionar, de ser o melhor serviço público do mundo. É essa a competência que ele tem que mostrar, e ele não mostra. Ele é incompetente total, porque ele perde os servidores! Tarciso, eu quero vocês aqui pedindo para o Marchezan respeitar os servidores, porque eles é que estão lá atendendo no esporte, na recreação, no lazer, e ele não respeita. Eles estão em greve, Tarciso, desesperada greve, porque aqui estão destruindo a sua vida, a sua carreira, o seu salário, a sua dignidade, o seu horário de trabalho. É assédio, assédio sobre a sua previdência, assédio sobre a sua saúde. Não podem nem ir ao médico, têm que ficar presos no trabalho; senão, são punidos. Se os filhos ficam doentes, são punidos. Ver.^a Mônica, tu sabes que isso está incorreto, está errado.

Então, Ver. Camozzato, temos que defender os servidores, porque, se não, não tem serviço público, não tem Cidade. Agradeço a tolerância, Ver.^a Mônica.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu acho que a resposta que a Ver.^a Sofia deu aqui ao Felipe Camozzato foi bem adequada, porque a violência, a procrastinação e a declaração de guerra e a estratégia de ter um elemento surpresa foi tomada na quarta-feira, entre 11h e 11h30min. É bem verdade, os Líderes votaram e

mudaram a ordem de votação, e ali constou o voto do NOVO. Esse voto do NOVO foi um dos 12 votos, são 12 bancadas que colocaram o veto para segunda-feira: seria depois de todos esses projetos, os dois projetos que vamos analisar que estão na sequência e depois do IPTU. A gente sabe que o IPTU é outro tema que ocupará várias Sessões, portanto, senhores e senhoras taxistas, provavelmente antes do recesso não enfrentaríamos o veto. Foi a ação judicial do Ver. Mauro Zacher que fez com que hoje estivéssemos aqui, analisando o veto em relação à lei dos táxis, senão não seria analisado tão logo o veto dos táxis. Então, apesar de o Ver. Camozatto vir aqui e dizer que vai votar pela derrubada do veto, o fato é que ele não queria essa derrubada agora – talvez ele quisesse para setembro, outubro, ou sei lá quando. Então, primeira correção.

Nós estamos analisando aqui esse inciso que trata do direito de defesa, que diz o que diz o seguinte: “O taxista contra o qual for instaurado processo administrativo de cassação da autorização do descadastramento da função de condutor de táxi, poderá apresentar defesa prévia no prazo de 30 dias, contados da notificação, mediante requerimento escrito a ser julgado pela gerência jurídica da EPTC.” O Prefeito vetou! Eu fui olhar novamente – falei anteriormente aqui – as razões do veto para tentar entender de onde surgem as motivações do veto. Estão, aqui, são 12 páginas, e não falam nada. Eu queria entender as razões do veto. Falam tanto aqui em princípios jurídicos, e eu queria entender por que ir contra o princípio da ampla defesa do taxista, que teria um prazo de 30 dias para responder a esse eventual processo administrativo. Então, vejam, alguns aqui podem entender como ganhar tempo, mas olhem a relevância do tema que nós estamos enfrentando, do direito de as pessoas se defenderem daquilo que são acusadas, um direito básico, um direito fundamental, que é o direito à ampla defesa. É lógico que eu não sou inocente, que as pessoas, ao buscarem na Justiça o direito de defesa contra um processo administrativo, certamente ganhariam, eu não tenho dúvida disso. Acho que não existem mais, espero não existir, juizes que não saibam que existe o direito de defesa – espero –, ainda que os nossos direitos estejam muito relativizados no nosso País. Mas o fato é que está na lei um prazo para aquele que está sendo acusado de algo, um prazo de 30 dias para se defender, é extremamente saudável. É disso que nós estamos falando. Então, realmente, não há motivo... E tentei buscar, li novamente as razões do veto, achei que teriam algumas decisões, algo que o Prefeito pudesse ter trazido, demonstrando que no caso dos taxistas não caberia o direito à ampla defesa – não encontrei nada, Ver. Mauro Zacher. Vamos ser contra, vamos vetar, depois enumerar no final, são até curiosas as motivações do veto: fala basicamente da cor, fala de outros temas, mais de passagem, mas fala muito da questão da cor, que acho que é o que repercutiu na imprensa. O Prefeito queria repercutir na imprensa, lidar com esse sentimento da cor, e depois diz que por essas razões vetamos uma lista de questões. Essas são as razões que estão em 12 páginas do veto. Então, mais uma vez, não tem como não discutirmos esse tema e não rejeitarmos esse veto, garantindo o direito de ampla defesa, seja aos taxistas ou seja àqueles que forem acusados em qualquer processo administrativo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que seja votado em destaque o art. 27 do PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 15 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Convido os Srs. Líderes a se dirigirem à Mesa. (Pausa.) Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h21min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 18h38min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Presidente, nós temos quatro renovações de votação: duas são minhas, uma é do Ver. Janta e outra do Ver. Adeli. Eles vão se manifestar aqui. Eu retiro as minhas duas renovações, o Janta retiraria a dele e o Adeli retiraria a dele.

Conforme acordo dos Líderes, solicitamos que seja votado em dois blocos como segue: bloco 1, composto pelo art. 2º do PLE nº 018/17, pelo inc. XV do art. 23 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 6º do PLE nº 018/17, pelo § 7º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17 e pelo § 3º do art. 34 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 17, destacados, do PLE nº 018/17; bloco 2, composto pelo § 3º do art. 34 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 17 do PLE nº 018/17 e pelo § 21 do art. 58 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 24, destacados, do PLE nº 018/17.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Nós temos três requerimentos solicitando destaque, eu preciso que os senhores se manifestem.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação do Requerimento de minha autoria solicitando que seja votado em destaque o art. 29 do PLE nº 018/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação do Requerimento de minha autoria solicitando que seja votado em destaque o art. 31 do PLE nº 018/17 e do Requerimento de minha autoria solicitando renovação de votação do Requerimento de minha autoria.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação do Requerimento de minha autoria solicitando que seja votado em

destaque o art. 32 do PLE nº 018/17 e do Requerimento de minha autoria solicitando renovação de votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Conforme acordo com os Líderes, foram propostos dois blocos com o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago

Em votação o Requerimento dos Líderes, solicitando que seja votado o bloco 1, composto pelo art. 2º do PLE nº 018/17, pelo inc. XV do art. 23 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 6º do PLE nº 018/17, pelo § 7º do art. 27 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 8º do PLE nº 018/17 e pelo § 3º do art. 34 da Lei nº 11.582, de 2014, constante no art. 17 do PLE nº 018/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2057/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/17, que altera o art. 2º da Lei 11.466, de 29 de julho de 2013, que institui o monitoramento dos veículos integrantes da frota do transporte individual por táxi do município de Porto Alegre, altera o parágrafo único do art. 1º, o caput e os §§ 1º e 2º do art. 5º, o caput e o § 1º no art. 8º, o inc. XVIII do art. 23, § 3º do art. 27, o caput e o § 3º do art. 31, o inc. I e II do art. 33, o caput e os §§ 2º, 3º, 4º e 8º do art. 34, o § 4º do art. 38, art. 39, o art. 40, o art. 41, os §§ 1º, 5º e 8º do art. 65, inclui os §§ 5º, 6º e 7º no art. 8º, inclui o art. 18-A, os incs. XXXIII a XXXV no art. 23, o inc. III ao art. 27, art. 27-A, o art. 30-B, o art. 31-A e 31-B, o § 5º no art. 38, o § 6º no art. 57 e o § 18 a 20 no art. 58, revoga os §§ 3º e 4º do art. 5º; o art. 18; § 5º do art. 27; § 2º do art. 33; §§ 1º, 5º, 6º e 7º do art. 34; §§ 1º, 2º e 3º do art. 36; os incisos II a V do § 2º e os §§ 3º e 4º do art. 38; o inciso III e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 42, e os §§ 6º e 7º do art. 65, todos da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre, revoga a Lei nº 7.951, de 8 de janeiro de 1997; a Lei nº 8.357, de 13 de outubro de 1999; a Lei nº 8.751, de 28 de agosto de 2001, e os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.466, de 29 de julho de 2013.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela rejeição parcial do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Melchionna: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Mônica Leal: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 10-07-18 (Terça-feira).

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLE nº 018/17, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o bloco 1. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o bloco 1 por 25 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Em votação o Requerimento dos Líderes, solicitando que seja votado o bloco 2 composto pelo § 3º do art. 34 e pelo § 21 do art. 58 da Lei nº 11.582, de 2014. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal o bloco 2. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o bloco 2 por 19 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Nós vamos votar, Srs. Vereadores, em um único bloco, as emendas cujos destaques foram rejeitados e também as partes que não foram objeto, ou seja, vamos votar o restante dos vetos.

Em votação nominal o PLE nº 018/17, com Veto Parcial, dos dispositivos com pedido de destaque rejeitados e dispositivos não destacados. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Sr. Presidente, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Conforme me faculta o parágrafo único do art. 177 do Regimento deste Legislativo, esta Vereadora apresenta a presente Declaração de Voto à votação do Veto Parcial ao PLE nº 018/17. Voto pela manutenção do Veto Parcial por respeito à legalidade e ao ordenamento municipal. Reitero a Declaração de Voto da bancada do meu partido, folha 113 do PLE nº 018/17, em que declarei, juntamente com os demais Vereadores de minha bancada ser favorável à autorização. Por fim, junto a esta declaração, sugiro que este Legislativo constitua uma comissão especial para promover debates sobre a matéria, com representantes do Executivo e da classe dos taxistas. A autorização é uma realidade em outras capitais, em agosto de 2016 o Ministério Público Federal propôs a desregulamentação parcial do serviço de táxi a fim de que, com o surgimento dos aplicativos, não haver prejuízo à livre concorrência. Plenário Otávio Rocha, 12 de julho. Ver.^a Mônica Leal, Partido Progressista”.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Peço que a senhora encaminhe à Diretoria Legislativa a sua Declaração de Voto.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Presidente, conforme acordo, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 008/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Srs. Líderes, peço a desobstrução, vamos dar prosseguimento à nossa votação. Agradeço a compreensão dos Srs. Vereadores que construíram o acordo, agradeço a presença ordeira dos taxistas de Porto Alegre, cumprimento-os pela vitória, pela mobilização.

Eu chamo atenção, por favor, é importante: o Ver. Dr. Thiago fez um requerimento, diz que constou do acordo, eu não tenho... (Pausa.) Não. O requerimento do Ver. Dr. Thiago é para que haja a inversão e que passemos, imediatamente, ao projeto de lei dos regimes, o PLCE nº 008/18.

Eu só quero informar, antes de colocar em votação o requerimento do Ver. Dr. Thiago, que, se nós aprovarmos essa inversão, estará colocado por terra o argumento do mandado de segurança do Ver. Mauro Zacher, porque é exatamente isso que nós estamos fazendo, a inversão da priorização através dos Líderes em plenário; mas é um direito soberano, volto a dizer, o que eu sempre defendi, dos Vereadores. Não quero polemizar, só quero dizer que é isso. Vou ler o art. 94, § 8º (Lê.): “Não havendo a deliberação do Colégio de Líderes de que trata a al. ‘a’ do § 3º deste artigo, a priorização da votação dos projetos seguirá a ordem estabelecida no art. 105 desta Resolução”. Se não houver priorização do Colégio de Líderes, vale o art. 105. O que nós havíamos feito é a priorização do Colégio de Líderes.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h05min.)

* * * * *